CONSELHO UNIVERSITÁRIO

USP

Ata da 987ª

Sessão de 12/12/2017

987ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria, na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Adalberto Américo Fischmann, Alex Cavaliéri Carciofi, Alexandre Nolasco de Carvalho, Ana Lúcia Duarte Lanna, André Vitor Singer, Angélica Borges de Sousa, Anna Luiza Guedes Teixeira, Antonio Carlos dos Santos, Antonio Carlos Hernandes, Antonio Carlos Marques, Artur de Jesus Motheo, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Belmiro Mendes de Castro Filho, Brasilina Passarelli, Bruno Sperb Rocha, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Carolina Maschietto Pucinelli, Cibele Saliba Rizek, Cleber Renato Mendonça, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Cristiano Roque Antunes Barreira, Dante Pinheiro Martinelli, Diego Antonio Falceta Gonçalves, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva, Elisabete Maria Macedo Viegas, Fábio Frezatti, Fernando Dias Menezes de Almeida, Fernando José Benesi, Ademar Lopes, Fernando Martini Catalano, Rosangela Itri, Mário Hiroyuki Hirata, Fernando Silveira Navarra, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Gabriela Soares Schmidt, Germano Tremiliosi Filho, Gilberto Fernando Xavier, Guilherme Akira Nishio, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Hugo Tourinho Filho, Igor Galvão de França, Sérgio de Albuquerque, João Cyro André, Joel Barbujiani Sígolo, Fernando Luis Medina Mantelatto, José Antonio Visintin, José Eduardo Krieger, José Otávio Costa Auler Júnior, José Renato de Campos Araújo, Liedi Legi Bariani Bernucci, José Roberto Pereira Lauris, Renato de Mello Jorge Silveira, Júlio Cerca Serrão, Léa Assed Bezerra da Silva, Lígia Toneto, Pedro Fredemir Palha, Luis Carlos de Souza Ferreira, Luiz Gustavo Nussio, Luiz Henrique Catalani, Marcelo de Andrade Romero, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marcos Nascimento Magalhães, Marcos Nogueira Martins, Margaret de Castro, Maria Amélia de Campos Oliveira, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Paulo Afonso Faria da Veiga, Maria Cristina Motta de Toledo, Maria Madalena Januário Leite, Maria Tereza Nunes, Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Mariana de Paula de Oliveira Ribeiro, Marilene Proença Rebello de

Souza, Marisa Helena Gennari de Medeiros, Miguel Antônio Buzzar, Miguel Parente Dias, Monica Herman Salem Caggiano, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Oswaldo Yoshimi Tanaka, Paulo Inácio de Knegt López de Prado, Paulo Nelson Filho, Paulo Sergio Varoto, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Ricardo Ivan Ferreira da Trindade, Pietro Ciancaglini, Adalberto Pessoa Junior, Pubenza Lopez Castellanos, Raul Franzolin Neto, Renato de Figueiredo Jardim, Rodney Garcia Rocha, Rubens Beçak, Silvana Martins Mishima, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Tito José Bonagamba, Uriel Engel Piffer, Vahan Agopyan, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho, Rogério de Almeida e Vivian Cristina Davies Sobral Nascimento. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Fernando José Gomes Landgraf, Fernando Silveira Navarra, Jairo Kenupp Bastos, John Campbell McNamara, José Roberto Castilho Piqueira, José Rogério Cruz e Tucci, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Maria Cristina Ferreira de Oliveira, Oswaldo Baffa Filho, Pedro Leite da Silva Dias, Primavera Borelli Garcia e Vinício de Macedo Santos. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Adriana Maria Procopio de Araujo, Alexandre Venturini Lima, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Ana Maria Loffredo, Antenor Cerello Júnior, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Diogo da Silva Dias, Fábio de Salles Meirelles, Fernando Salvador Moreno, Flávio Antônio de Oliveira Simões, Giulio Gavini, Janina Onuki, Joel Barbujiani Sígolo, José Djair Vendramim, Marcos Egydio da Silva, Margarita Rosa Bobadilla Zimmermann, Marilza Vieira Cunha Rudge, Pâmella da Silva Beggiora e Paula Faria Masulk. Havendo número legal de Conselheiros, o Senhor Secretário Geral anuncia uma apresentação do Cons. Eduardo Henrique Soares Monteiro que, ao piano, executa a obra Impressões Seresteiras, de Heitor Villas-Lobos (1887–1959). A seguir, o Magnífico Reitor declara aberta a Sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. **M. Reitor:** "Senhoras conselheiras, senhores conselheiros e convidados, muito bom dia. Está aberta a nongentésima octogésima sétima sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. Começamos com uma nota de tranquilidade de paz, espero que nessa tônica transcorra a reunião de hoje, que é a nossa última reunião do ano." A seguir o **M. Reitor** passa a **PARTE I – EXPEDIENTE**, colocando em discussão

e votação a Ata da 985ª Sessão do Conselho Universitário, realizada em 21.11.2017, reforçando que pequenas alterações de forma e ortográficas podem ser feitas posteriormente. Não havendo manifestações contrárias, a Ata é aprovada por unanimidade. A seguir, o **M. Reitor** passa a palavra ao Senhor Secretário Geral, para apresentação dos novos membros. **Secretário Geral:** "Representante da Congregação: Prof. Dr. Alex Cavaliéri Carciofi, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas; Representantes Discentes de Pós-graduação: Sr.ª Carolina Maschietto Pucinelli (FORP); Sr.ª Pâmella Da Silva Beggiora (FMRP); Sr.ª Margarita Rosa Bobadilla Zimmermann (EP) e Sr. Flávio Antônio de Oliveira Simões (FCFRP). **M. Reitor:** "Sejam bem-vindos." Ato seguinte, o **M. Reitor** informa que não fará suas comunicações na abertura da reunião por se tratar da última reunião sob sua presidência, deixando a mesma para o final da reunião, desta forma passa ao **item 4 do EXPEDIENTE**: Composição de três listas tríplices, uma para cada área: Ciências Humanas, Ciências Biológicas e Ciências Exatas e Tecnologia, a serem enviadas ao Exmº Sr. Governador do Estado, visando à escolha de três novos representantes da USP, junto ao Conselho Superior da FAPESP, conforme determina o art. 9º, item "b" do Estatuto da FAPESP (Decreto nº 40132, de 23.5.62), iniciando pela área de Ciências Exatas e Tecnologia. **M. Reitor:** "Todos sabem, mas é bom recordar, que o Conselho Superior da FAPESP é composto por doze membros, todos nomeados pelo Governador do Estado. Seis são de livre nomeação do Governador e os outros seis derivam de listas tríplices fornecidas pela comunidade científica. Por razões históricas, uma vez que quando a FAPESP foi fundada a Universidade de São Paulo estava em pleno funcionamento, dos seis nomes que cabem à comunidade científica, três são sugeridos pela Universidade de São Paulo e os outros três por todos os demais institutos de pesquisa do Estado de São Paulo. Cabe-nos fazer a indicação de três listas tríplices para a escolha de cada uma delas. No momento, os conselheiros que fazem parte do Conselho Superior da FAPESP que foram indicados a partir de listas do Conselho Universitário são os Professores José Goldemberg, que completa nesse momento o mandato que inicialmente era do Professor Alejandro Szanto de Toledo, que faleceu depois de pouco mais de um ano do início de seu mandato, de modo que o Professor Goldemberg foi escolhido para completar o mandato e, nesse período, foi

escolhido Presidente da FAPESP. Nossa representante na área de Ciências da Vida é a ex-reitora, Professora Suely Vilela, que já foi reconduzida, ou seja, está em seu segundo mandato e não pode mais ser indicada. Finalmente, o nosso terceiro representante, cujo mandato termina agora e, eventualmente, poderia ser reconduzido é o Professor João Grandino Rodas, ex-Reitor da Universidade de São Paulo. Sendo assim, faremos as escolhas para três listas. A primeira delas para a área de Ciências Exatas e Engenharias, cujo mandato atual é do Professor Goldemberg. Tomo a iniciativa de sugerir que o Professor José Goldemberg seja novamente incluído na lista, seja reconduzido, pois se isso acontecer ele poderá continuar como Presidente da FAPESP, uma vez que ele possui mandato ainda como Presidente. Não que isso seja uma condição essencial, afinal o Governador poderá não escolhê-lo em uma lista com três nomes, mas tendo-o escolhido na lista anterior e tendo-o escolhido para Presidente, a chance é grande de que ele seja reconduzido e eu o recomendaria. No entanto, temos que lembrar que a lista deve ser tríplice, de modo que seria interessante ouvir se há outras sugestões." **Cons. Marcos Nogueira Martins**: "Gostaria de reforçar a manifestação do Professor Zago, no sentido de manter a indicação do Professor Goldemberg. O Instituto de Física foi dirigido pelo Professor Goldemberg e ele é Professor Emérito do nosso Instituto, entre outras unidades da USP. É Professor Emérito do IEE e é um nome que está além de precisar ser sugerido por mim aqui, mas, em nome do Instituto, reforço essa indicação." **Cons. João Cyro André**: "O Professor Goldemberg tem desempenhado um trabalho bastante importe, muito desse trabalho é feito em parceria com a Escola Politécnica, que reconhece, de plano, a imensa contribuição que ele ainda tem a dar para a ciência e para a execução dos trabalhos da FAPESP. No entanto, a lista é tríplice e, por esse motivo e pelo valor da pessoa que irei indicar, em nome da Congregação da Escola Politécnica, indico o nome do Professor Piqueira, atual Diretor da Escola Politécnica. Ele trabalha diretamente nesse Conselho Universitário e todos vocês o conhecem, de modo que não vou me prolongar, mas quero falar da alta estima e do alto conhecimento pelo seu trabalho dentro da Escola Politécnica. Muito obrigado." A seguir, o Senhor Secretário Geral pergunta se mais algum Conselheiro gostaria de se manifestar. **Cons.ª Elisabete de Santis Braga Da Graça Saraiva**: "Gostaria de propor o nome do Professor Belmiro

Mendes de Castro Filho que tem produzido muitos benefícios à Oceanografia com sua pesquisa, publicações de livros, com grande atuação na área da Oceanografia Física. Muito obrigada." A seguir o **M. Reitor** determina que se distribuam as cédulas e esclarece que, além das indicações, pode-se votar em outros professores de escolha de cada conselheiro. Ato seguinte o **M. Reitor** passa à votação. Apuradas as cédulas, obtém-se o seguinte resultado: José Goldemberg = 84 (oitenta e quatro) votos; José Roberto Castilho Piqueira = 38 (trinta e oito) votos; Belmiro Mendes de Castro Filho = 28 (vinte e oito) votos; Brancos = 24 (vinte e quatro); Nulos = 6 (seis). São eleitos os seguintes nomes para compor a lista tríplice, para a área de Ciências Exatas e Tecnologia, a ser enviada ao Exmo. Sr. Governador do Estado, visando à escolha de um novo representante da USP junto ao Conselho Superior da FAPESP: José Goldemberg, José Roberto Castilho Piqueira e Belmiro Mendes de Castro Filho. Ato contínuo o **M. Reitor** passa à eleição para a composição de lista tríplice para área de Ciências Biológicas. **Cons. Luiz Gustavo Nussio:** "Venho a esta tribuna para fazer a indicação para a área de Ciências da Vida e Biológicas na FAPESP, do Magnífico Reitor, Professor Marco Antônio Zago. O Professor Zago convive com um momento especial do encerramento de suas atividades junto à nossa Universidade e ao Conselho Universitário em especial. Ele amealhou um conjunto de experiências na sua carreira científica e pessoal, que juntadas à experiência administrativa no CNPq e na nossa Universidade, creio que possa ser funcional à sua atuação no Conselho da FAPESP e estratégica para a Universidade de São Paulo, de modo que, sua experiência possa ser compartilhada naquele Conselho. Desta forma apresento o nome do Professor Zago para consideração desse Conselho." **Cons. Luis Carlos de Souza Ferreira:** "Venho como Diretor do ICB sugerir um nome que no nosso Instituto é uma presença marcante há muitos anos, na verdade ele é vinculado ao nosso Departamento como Professor Titular há trinta e cinco anos, mas tem uma trajetória que extrapola muito o ICB, que é o Professor Erney Plessmann de Camargo, pois foi Presidente do CNPq, foi Diretor do Instituto Butantã, foi Professor Titular da Escola Paulista de Medicina, UNIFESP, tem uma trajetória acadêmica, científica e de política acadêmica das mais brilhantes da Universidade e acredito que seria um nome que engrandeceria a lista a ser encaminhada pela USP na área de Ciências da Vida." **Cons. Antonio Carlos**

dos Santos: "Mesmo correndo o risco de ser redundante, gostaria de, em nome da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, reforçar a indicação do Professor Zago como representante da área de Ciências Biológicas e, em especial, da área da Saúde, não só como representante da Medicina, mas como representante do conjunto das áreas da Saúde. O Professor Zago, pela sua história como pesquisador e administrador da área de Saúde, tem mais do que qualificações para concorrer a este cargo, mas é importante o apoio e o reforço da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto a sua candidatura." **Cons. José Otávio Costa Auler Júnior:** "Também quero reforçar e endossar o que foi dito pelo nosso colega de Ribeirão Preto e apoiar o nome do Professor Zago como representante da área de Saúde." Ato contínuo o Senhor Vice-Reitor informa aos Conselheiros que são necessárias outras indicações e o Senhor Secretário Geral informa que é possível que os Conselheiros indiquem nomes no momento da votação. Não havendo demais indicações, o Senhor Vice-Reitor reforça que é possível votar em até três nomes e que pode ser qualquer nome, não precisando ser somente os dois indicados, qualquer nome pode ser inserido nas células. Ato contínuo o Senhor Secretário Geral informa que estão sendo distribuídas as cédulas e solicita ao Professor Paulo de Tarso Artêncio Muzy que, acompanhado de um dos servidores da Secretaria Geral, coordene a apuração da votação da área de Exatas. Ademais, indica, ainda, o Professor Raul Machado Neto para apuração da área de Ciências Biológicas e a Professora Patrícia Faga Iglecias Lemos para, na sequência, realizar a apuração da área de Humanidades, contando com o apoio da Secretaria Geral. Ato seguinte, o Senhor Vice-Reitor passa à votação. Apuradas as cédulas, obtém-se o seguinte resultado: Marco Antonio Zago = 67 (sessenta e sete) votos; Erney Plessmann de Camargo = 43 (quarenta e três) votos; Paulo Inácio de Knegt López de Prado = 3 (três) votos; Brancos = 149 (cento e quarenta e nove); Nulos = 18 (dezoito). São eleitos os seguintes nomes para compor a lista tríplice, para a área de Ciências Biológicas, a ser enviada ao Exmo. Sr. Governador do Estado, visando à escolha de um novo representante da USP junto ao Conselho Superior da FAPESP: Marco Antonio Zago, Erney Plessmann de Camargo e Paulo Inácio de Knegt López de Prado. Ato contínuo o Senhor Vice-Reitor passa à eleição para a composição de lista tríplice para área de Ciências Humanas. **Cons. Dante Pinheiro Martinelli:** "Gostaria de

propor a este Conselho o nome do Professor Ignacio Maria Poveda Velasco. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, mestre, doutor e livre-docente, Professor Titular na área de História do Direito naquela Faculdade com pós-doutorado na Universidade de Roma. Foi Presidente da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, Vice-Presidente do Conselho e Diretor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, do qual foi fundador também. Atualmente é Secretário Geral da USP. Acredito que seja um nome que poderá agregar muito ao Conselho Superior da FAPESP. Sendo essa a minha sugestão para os Conselheiros." **Cons.ª Marilene Proença Rebello de Souza**: "Trago a indicação de uma colega do Instituto de Psicologia, que é a Professora Emma Otta. A Professora Emma fez toda a sua carreira na Universidade de São Paulo, desde sua graduação até assumir como Professora Titular. Foi Diretora do Instituto de Psicologia, membro desse Conselho Universitário, possui uma vasta experiência na área de pesquisa, atualmente coordena um dos CEPIDs da Universidade de São Paulo, um dos nove CEPIDs na área de Bem-estar e Comportamento Humano e também possui uma vasta experiência em órgãos de avaliação, tanto dentro da Universidade, pois foi Presidente da Comissão de Avaliação, como também da Comissão de Avaliação do CNPq, da Comissão de Avaliação da CAPES na área de Psicologia e, com toda certeza, poderia contribuir para estar nesse cargo junto à FAPESP, na área de Ciências Humanas e Sociais." **Cons.ª Maria Angela Faggin Pereira Leite**: "Quero mais do que encaminhar o nome da Professora Maria Arminda, tecer algumas considerações a este Conselho. A Professora Maria Arminda tem uma consistente atuação na formação de graduação e pós-graduação. É uma pessoa combativa nas reuniões científicas de sua área de conhecimento, foi Pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária e tem méritos que muitos dos representantes também têm. No entanto, gostaria de lembrar a todos que durante sua trajetória acadêmica, a Professora Maria Arminda sempre se pautou pelo indiscutível respeito intelectual por todos os seus colegas professores e pesquisadores, e esse respeito, associado a seus méritos e trajetória acadêmica, pode nos assegurar que, se eleita para o Conselho Superior da FAPESP, suas atenções estarão voltadas para a defesa intransigente e imparcial dos anseios e necessidades de pesquisa na área de Humanidades. Defesa que é urgente e imprescindível."

Cons. André Vitor Singer: "Quero reforçar a indicação da Professora Maria Arminda, atual Diretora da nossa Unidade, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pois penso que ela associa duas características que, nesse momento, ajudariam muito a pesquisa na área de Humanidades. De um lado, uma longa carreira na gestão acadêmica na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e agora na Diretoria da Faculdade de Filosofia, além do fato de ter sido candidata a reitora dessa Universidade com uma excelente votação. Aspectos que fazem dela uma voz ao mesmo tempo legítima e com uma visão abrangente da Universidade, podendo, assim, falar em nome da melhor qualidade de pesquisa na área de Humanidades que temos alcançado e que gostaríamos de manter." **Cons.ª Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno**: "Penso que as apresentações dos colegas que me precederam devem ser endossadas, não preciso repeti-las para fazer a apresentação da Professora Maria Arminda, a quem reputo como pesquisadora de admirável trajetória na área de Sociologia e afins. A área de Humanas e, particularmente, a área de Educação se verá altamente beneficiada se ela for indicada, pois é uma área que, não raras vezes e infelizmente, é incompreendida. Quero reforçar a indicação da Professora Maria Arminda." **Cons. Adalberto Américo Fischmann**: "Gostaria de reforçar o nome do Professor Ignacio Poveda. Quero testemunhar que, ao longo desses quatro anos praticamente que tenho trabalhado na COP, o Professor Ignacio foi fantástico como suporte para uma das comissões assessoras deste Conselho Universitário. Lembro que, além da COP, como Secretário Geral, ele também tem dado apoio à Comissão de Atividades Acadêmicas e a Comissão de Legislação e Recursos desta Universidade. O trabalho esmerado que ele tem feito em todas as reuniões, preparando-as e assessorando o desenvolvimento do trabalho é realmente fantástico. Tenho certeza de que hoje o Professor Ignacio Poveda é uma das pessoas mais qualificadas a representar, não apenas a nossa Universidade, mas também essa área de Ciências Humanas no Conselho Superior da FAPESP. Reforço com muita ênfase esse nome." **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto**: "Sem nenhum desdouro aos demais candidatos, em nome da Congregação, venho também empenhar meu apoio à candidatura do Professor Ignacio Maria Poveda Velasco. O Professor Adalberto destacou os méritos, reconhecidos por todos, do Professor Ignacio na atividade

administrativa como Secretário Geral, mas gostaria de chamar a atenção de dois aspectos que nós, na Faculdade de Direito, podemos afiançar: primeiro que o Professor Ignacio foi um belíssimo Presidente de Comissão de Pós-Graduação e teve um papel muito grande no desenvolvimento da atividade de pesquisa na Faculdade. Em segundo lugar, o Professor Ignacio, como devem ter percebido, malgrado vir da nossa Faculdade de Direito, é um professor de História do Direito, o que o qualifica nos predicados de ter uma visão mais ampla das Humanidades para além daquela visão tida por estreita de nós do mundo do Direito. O Professor Ignacio, portanto, é um pesquisador do direito, mas não do direito em seu núcleo duro – se é que podemos dizer assim – mas com uma visão que transcende e transborda para além das fronteiras de nossa área, por vezes isolada. É um cientista das humanidades, podemos dizer assim. Por fim, chamo a atenção dos senhores, muitos aqui sabem disso, o Professor Ignacio, como Diretor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, teve um papel muito grande no desenvolvimento da atividade de pesquisa em Ribeirão. Um curso novo de Direito em Ribeirão Preto, que também posso testemunhar como o Professor Ignacio se desempenhou nessa atividade e por isso reforço aqui o apoio à candidatura dele." Ato seguinte o **M. Reitor** passa à votação. Apuradas as cédulas, obtém-se o seguinte resultado: Ignacio Maria Poveda Velasco = 62 (sessenta e dois) votos; Maria Arminda do Nascimento Arruda = 47 (quarenta e sete) votos; Emma Otta = 25 (vinte e cinco) votos; Brancos = 155 (cento e cinquenta e cinco); Nulos = 6 (seis). São eleitos os seguintes nomes para compor a lista tríplice, para a área de Ciências Humanas, a ser enviada ao Exmo. Sr. Governador do Estado, visando à escolha de um novo representante da USP junto ao Conselho Superior da FAPESP: Ignacio Maria Poveda Velasco, Maria Arminda do Nascimento Arruda e Emma Otta. Ato contínuo o **M. Reitor** passa à assinatura da Resolução nº 7465, que Institui a Política Ambiental da Universidade de São Paulo. **M. Reitor:** "É uma resolução de um documento que já foi aprovado pela CLR e pela COP e que será agora publicado, mas resulta de um longo trabalho que foi conduzido, inicialmente, pelo Professor Marcelo Romero, quando ainda estava na Superintendência de Gestão Ambiental e, a seguir, pela Professora Patrícia Faga Iglecias Lemos. A parte geral desse documento está pronta para ser assinada e publicada e depois virão outros documentos adicionais, que tratam

das políticas parciais, cada qual sobre um tema. Peço que rapidamente os dois expliquem o teor da política ambiental ao Conselho Universitário." **Cons. Marcelo de Andrade Romero**: "Esse trabalho começou há alguns anos. A Professora Patrícia conduziu o término desse trabalho e notamos que seria muito importante que a nossa Universidade, dada a grandeza e diversidade que possui, contasse com uma política para suas ações ambientais, afinal é muito diversa, são muitos *campi*, muitas áreas de atuação e muitos problemas. Seria importante que tivesse uma política ambiental. Então a Superintendência de Gestão Ambiental envolveu 12 políticas ambientais temáticas e uma delas é a política das políticas que gere as 12 e as coloca para funcionar. É desse documento que estamos falando agora. A política ambiental macro da Universidade de São Paulo, que foi aprovada nos Conselhos Gestores de todos os *campi*, agora está sendo endossada pelo Magnífico Reitor e passa a vigorar como política macro da Universidade de São Paulo." **Prof.ª Dr.ª Patrícia Faga Iglecias Lemos**: "Vejo como muito importante a Universidade assumir uma política ambiental e ressalto que foi um trabalho voluntário feito por professores e funcionários, com Grupos de Trabalho no âmbito da Universidade. Não foi uma política desenhada no âmbito da Reitoria e sim por especialistas de cada uma dessas áreas. Temos a oportunidade de desenvolver esse trabalho que teve início com o Professor Marcelo e depois, quando assumi a Superintendência, demos continuidade, de modo que, a política fosse assinada sediando o escritório do Programa Cidades do Pacto Global da ONU na Universidade de São Paulo, com mandato que assumimos no Brasil e na América Latina. São questões que se casam com uma política interna para a Universidade e como podemos trabalhar isso externamente. Levar o conhecimento científico da Universidade em favor das políticas públicas em nosso país e na América Latina. Isto representa um ganho muito grande e a assinatura, não apenas dessa política geral, mas também dos demais temas que foram trabalhados." **M. Reitor:** "Muito obrigado. Já assinei a Resolução e os temas, para que todos saibam, são os seguintes: administração, água e efluentes, áreas verdes e reservas ecológicas, edificações sustentáveis, educação ambiental, emissão de gases de efeito estufa e poluentes, energia, gestão de fauna, mobilidade, resíduos, uso e ocupação territorial; portanto, isto entra em vigor e agradeço enormemente a

ambos." **Cons. Marcelo de Andrade Romero:** "Só para complementar, existe uma associação internacional que reúne Universidades que possuem essa preocupação de sustentabilidade, chama-se *International Sustainable Campus Network*. Essa organização premiou esse trabalho da Universidade de São Paulo, concedeu o primeiro prêmio e um dos professores que deram o parecer depois me disse que o prêmio foi entregue para a USP, ele disse: 'para nós é incrível como uma Universidade tão grande conseguiu se organizar com a participação de mais de 200 pessoas redigindo essas políticas, é em virtude disso que USP está recebendo esse prêmio'." A seguir, o **M. Reitor** passa a palavra ao Senhor Controlador Geral da USP, Prof. Dr. Fernando Dias Menezes de Almeida, para apresentar um balanço de suas atividades na Controladoria. **Cons. Fernando Dias Menezes de Almeida:** "Tentarei ser bastante sucinto, pois sei que a pauta é muito longa no dia de hoje, mas como sei que naturalmente há um compromisso assumido e já reiterado nas sessões anteriores, submeto a esse Conselho esse relatório que, ao mesmo tempo, é uma espécie de primeira proposta de operação da Controladoria e que, portanto, faz parte de um aprendizado do próprio Controlador. Estamos coletivamente criando a instituição da Controladoria como um órgão do Conselho Universitário. Não farei um relato do que já está dito no texto, se não ao mencionar as ideias principais, até porque não me parece que regimentalmente devamos apreciar esse texto sob a forma de deliberação, mas é evidente que fico disponível para a crítica de todos sobre esse material, inclusive para futuramente retornar a este Conselho prestando esclarecimentos sobre elementos que surjam da leitura de todos. Desta forma, apenas para destacar o espírito desse documento, quis com isso fazer um misto daquilo que está resumido no item 4 da página 3, que é 'fixar com este Conselho as premissas conceituais de como deva funcionar a Controladoria Geral'. As partes iniciais desse texto reforçam algumas ideias mais conceituais. Em um segundo momento, este relata aquilo que a Controladoria efetivamente já pôde fazer, além dos trabalhos de sua própria organização, na medida em que ela não existia antes de 2016. Além dos trabalhos de sua própria organização, ela pôde avançar em alguns trabalhos de efetivo controle, sendo o principal o terceiro elemento, que é a indicação de passos futuros. Recapitulando muito brevemente cada uma dessas ideias, diria que a interpretação que foi dada por

essa controladoria, o que significa dizer, por mim mesmo como Controlador Geral, pelo Controlador Adjunto Guillermo Oscar Braunbeck e por membros da equipe técnica sendo que temos atuado mais diretamente com dois membros da equipe técnica – sem contar nosso querido Toninho, que por muito tempo esteve conosco, mas que recentemente se desligou das funções. Nós e todos os interlocutores que tivemos, entendemos que o modelo mais adequado para essa Controladoria Geral era ser um órgão do Conselho Universitário. Muitos colegas, especialmente os que lidam com a matéria de governança em seus estudos acadêmicos, aconselharam fortemente nesse sentido. Estruturar a Controladoria Geral como um órgão de nível de Conselho Superior da Instituição, ou seja, esse Conselho Universitário, sem prejuízo de que funcione, ao mesmo tempo, um sistema de controle interno no nível operacional do controle que já existe hoje em dia no âmbito da CODAGE e descentralizadamente no âmbito de todas as Unidades administrativas. Estamos trabalhando ao mesmo tempo para uma melhor sistematização desse sistema de controle interno que, na linguagem do Tribunal de Contas, que é a linguagem da Constituição do Estado, deve ser um sistema de controle interno e detectamos na USP a necessidade de aprimorar justamente esse aspecto sistemático. Notem que estou falando de duas instâncias, a Controladoria Geral no nível do Conselho Universitário e um sistema de controle interno centralizado no âmbito da Reitoria e descentralizado nos âmbitos das unidades administrativas com funções operacionais de controle. Nesse sentido, a Controladoria Geral desenhada nesse relatório não é o órgão que faz o controle operacional, mas é um órgão que faz um segundo nível de controle e não é um órgão subordinado à Reitoria, mas um órgão ligado ao Conselho Universitário e com independência da Reitoria, até para que possa, na dinâmica de sua atuação, criticá-la e criticar a atuação do sistema de controle interno. A primeira parte desse relatório, recuperando as competências que constam do Estatuto da Universidade, faz um desenho disso que acabei de sintetizar. Outra parte do relatório narra a implantação e a verificação da norma conhecida como 'Parâmetros de Sustentabilidade da Universidade'. Isto já é - eu diria - uma atividade efetiva de controle, ainda que seja imperfeita no sentido de que a norma dos Parâmetros de Sustentabilidade foi adotada praticamente na metade do ano que estamos. Portanto, não é uma norma que

coincide com todo o período de existência da Controladoria e não é uma norma que possua sequer um ano de vigência. Muitos dos parâmetros que ela mesma impõe são parâmetros que envolvem anualidade. Então, o ensaio que foi feito nesse relatório é um primeiro passo no sentido de criar uma rotina para que, futuramente, esses parâmetros sejam verificados, em grande medida já me manifestei sobre esse aspecto ao discutirmos as diretrizes orçamentárias e não pretendo voltar a isto agora, mas está registrado nesse documento. Uma parte seguinte, que se inicia na página 22, diz respeito a um elemento que não está concretizado, mas que, no início de 2016, propus a este Conselho que fosse feito: que além de acompanharmos os parâmetros de sustentabilidade, que não é invenção da Controladoria, mas sim exigência do Estatuto, que houvesse o acompanhamento de execução orçamentária e contratual. Para isso ainda não temos parâmetros definidos por esse Conselho, seria uma etapa importante que o Conselho definisse esses parâmetros para que a controladoria pudesse atuar. Desde o princípio – ao menos me parece o ponto de vista acertado – a Controladoria não pretende ser uma criadora de regras, mas sim visa verificar a conformidade da ação da Universidade em relação às regras postas pela própria Universidade e não por quem controla. Então esse material que ocupa diversas páginas com suas tabelas e gráficos subsequentes está posto no relatório, ainda que sem levar a uma conclusão específica, mas para chamar a atenção desse Conselho para a necessidade da definição de parâmetros que justifiquem uma ação de controle sobre essa matéria; parece-me relevante que exista um critério de boa execução orçamentária e, sobretudo, de boa gestão contratual, inclusive indicando-se índices de economicidade dos contratos e verificando a conexão dos contratos com as metas finalísticas da Universidade. Um tópico que vem em seguida e começa na página 47 diz respeito à adoção de procedimentos de auditoria na Universidade. Aqui é uma espécie de transição da Controladoria Geral do que deva ser a atividade do sistema de controle interno. A controladoria olhando o sistema de controle interno como existe hoje, ainda que ele não exista com esse nome – sistema de controle interno –, detectou fragilidades históricas nos sistemas de auditória, que faz um trabalho correto, mas que merece ser organizado com outra dimensão, para que se possa falar efetivamente em uma auditoria que previna riscos dentro da Universidade. Essa proposta da adoção de procedimentos de auditoria vai no

sentido de, olhando o futuro, sistematizar melhor essa atividade no âmbito do sistema de controle interno. Especialmente o controlador adjunto Professor Guillermo Braunbeck que é um especialista em matéria de auditoria, atuou significativamente na elaboração dessa proposta. O tópico seguinte que começa na página 52, na verdade é um desdobramento dessa ideia, fazendo associar planejamento com gestão de risco, que é outro elemento que se detectou merecer aprimoramento. Trata-se de um diagnóstico, sobretudo, e não de um relato de algo que tenha sido feito. É a atividade da Controladoria Geral como órgão do Conselho Universitário que se aprimore o sistema de auditoria e que se aprimore o sistema de planejamento e gestão de riscos. A última página indica, de modo sucinto, alguns passos futuros que me parecem devam ser adotados, em especial na interface com o Tribunal de Contas. O meu mandato, enquanto Controlador, não coincidiu com nenhum período de contas já analisadas pelo Tribunal, pois no ano de 2017 o Tribunal está olhando as contas de 2016. Portanto, quando a Controladoria foi criada em 2016, as contas desse exercício sobre o qual ela tem competência sequer estão analisadas pelo Tribunal de Contas até hoje. Assim sendo, não existe um material a ser indicado nesse sentido, mas há uma indicação de que rotineiramente no futuro deva ser tarefa da Controladoria Geral acompanhar o julgamento anual de contas do Tribunal de Contas, inclusive para trazer para o Conselho Universitário apontamentos críticos de eventuais aspectos sobre os quais o Conselho Universitário deva dar atenção – uma vez que o Conselho é responsável perante o Tribunal de Contas. De qualquer modo, isso não quer dizer que a Controladoria Geral não tenha tido uma interface frequente com o Tribunal de Contas, até mesmo na discussão de sua própria modelagem e até mesmo preventivamente, olhando contas passadas para antecipar problemas que eventualmente persistam em contas futuras. Muito disso já aconteceu, como por exemplo, a adaptação que foi feita da Universidade ao sistema SIAFEM, que era um aspecto reiteradamente apontado pelo Tribunal de Contas ou, por exemplo, a normatização da Universidade em relação às suas fundações de apoio. O novo modelo, em prática, já é um avanço significativo. Diria que, para finalizar, outro ponto que merecia ser pensado nesse Conselho Universitário é se gostará ou não de atribuir a essa Controladoria como tarefa – mas isso depende novamente da elaboração de parâmetros e políticas

mediante parâmetros que a Controladoria possa verificar em matérias da atividade fim da Universidade – sobre isso existe da minha parte a sugestão de que deva ser feito, mas não existe uma matéria prima sobre a qual a Controladoria possa trabalhar. A última noticia, que é a última linha do relatório, é que estão em vias de ser adotadas como desdobramentos das decisões tomadas por esse Conselho Universitário, normas de organização interna de rotinas, de um lado da Controladoria Geral como órgão do Conselho e de outro lado desse novo sistema de controle interno como órgão de gestão. A Controladoria Geral, órgão do Conselho Universitário, interagirá forçosamente com o sistema de controle interno, órgão administrativo de gestão, mas guarda independência crítica em relação a ele e está sendo robustecido o sistema de controle interno com a criação, ou melhor, reorganização de estruturas hoje difusas no âmbito da CODAGE e das Unidades. Naturalmente será trazido ao conhecimento do Conselho Universitário, assim como será dado conhecimento a toda Universidade da adoção dessas normas quando oportunamente decididas. Agradeço a atenção e fico à disposição, desde já, caso queiram questionar, criticar e interagir com esse material." **M. Reitor:** "Professor Fernando, em primeiro lugar queremos agradecê-lo. Trata-se, como o senhor mesmo disse, de um exercício sobre algo que nós não tínhamos um modelo. Para as universidades no Brasil, trata-se de uma ação pioneira que estamos traçando, é o estabelecimento de um sistema que irá se reforçar ainda no futuro. Esse período que o senhor esteve foi muito mais um período de construção daquilo que esperamos funcionar no futuro, então temos que agradecer, tanto ao Professor Fernando Menezes quanto ao Professor Guillermo Braunbeck, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, que é o Controlador Adjunto. Se alguém tiver algum comentário a fazer nesse momento, caso contrário deixaremos para outra oportunidade, pois esse documento será revisto futuramente. Muito obrigado, Professor Fernando Menezes." A seguir, o **M. Reitor** passa a palavra aos Conselheiros. **Cons.ª Maria Vitória Lopes Badra Bentley:** "Há 4 anos fui eleita como Diretora da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto para um mandato de janeiro de 2014 a janeiro de 2018. Ser Diretora de uma Unidade de Ensino e Pesquisa é algo que considero ser um coroamento da carreira docente, é muito honroso, mas de grande responsabilidade, pois temos a

incumbência de representar nossa Faculdade, defender nossas necessidades, liderar uma comunidade, mas ao mesmo tempo, precisamos pensar na Universidade como um todo; ampliar a nossa compreensão dos aspectos acadêmicos e também considerar a diversidade da Universidade. Encontrei isso em toda a minha atuação nesse Conselho. Esta é a última sessão que participo como Diretora da FCFRP, foram 4 anos de aprendizado, envolvimento em todas as questões universitárias. Poderia listar vários projetos que realizamos durante a minha gestão, mas há dois que tenho especial orgulho, o primeiro foi a restruturação curricular do curso de Farmácia Bioquímica, com uma proposta inovadora. Agradeço o Magnífico Reitor e o Professor Hernandes por todo o apoio. Essa nova estrutura curricular está aliada a uma grande interação de conteúdo, valorizando a prática educacional na área da Saúde. Além disso, aumentamos a inclusão social na FUVEST, hoje temos cerca de 46% de alunos oriundos de escola pública e PPI na turma de 2017. Outro destaque é um projeto totalmente idealizado por alunos de graduação, que também tenho orgulho de ter apoiado, trata-se do Projeto Migrar. Em 2015 um grupo de alunos e um professor apresentaram um projeto inovador, com a participação direta de alunos de graduação em ações solidárias de assistência farmacêutica e análises clínicas junto a comunidades carentes de municípios do interior do Estado de São Paulo. Encantei-me com o projeto e com o entusiasmo dos alunos, apoiei a proposta e consenti que representassem a Faculdade em diferentes missões. Eles realizaram diversas missões, todas elas foram oficializadas junto às prefeituras e secretarias de saúde dessas cidades e hoje o Projeto Migrar é parte da proposta acadêmica da FCFRP. Está inserido na formação, na estrutura curricular de nosso curso, atende às novas políticas de educação dos cursos de farmácia, que visam aproximar o alunato do paciente e da sociedade com o exercício de sua prática profissional. Então, peço que assistam ao vídeo que foi encaminhado aos conselheiros sobre o Projeto Migrar. Parabenizo o Professor Marco Antonio Zago pela coragem e altruísmo com que enfrentou todos os desafios para que nossa Universidade estivesse em equilíbrio financeiro, mais confortável que nossas coirmãs, aumentando as chances de crescimento e manutenção da excelência. Agradeço a esse Conselho pelo apoio e oportunidade de participar de importantes comissões do Conselho Universitário, como a COP e a CAA, e

agradeço aos colegas diretores, em especial aos do *campus* de Ribeirão Preto, pelo apoio e companheirismo e por terem a mim confiado a presidência do Conselho Gestor do *Campus* da USP de Ribeirão Preto em 2016. Também agradeço aos servidores não docentes da Reitoria, da Prefeitura do *Campus* de Ribeirão Preto e, em especial, da FCFRP, pela dedicação, respeito e competência com que me assessoraram. Aos docentes e alunos da minha Unidade pelo empenho no ensino, nos estudos, nas pesquisas e por terem se destacado em importantes premiações no Brasil e no exterior, muito obrigado Professor Zago e Professor Vahan pelo respeito e apoio à nossa Unidade. Aos futuros Reitor e Vice-reitor da USP desejo uma ótima gestão. Ainda em janeiro de 2018 encaminharei aos conselheiros o meu relatório de gestão. Muito obrigada a todos." **M. Reitor**: "Professora Maria Vitória, como sempre, a USP é que é devedora daqueles que terminam seu mandado como Diretores, pelo serviço que prestam à Universidade e à sua comunidade." **Cons.ª Maria Cristina Motta de Toledo**: "Estou aqui para me despedir e, principalmente, reconhecer e agradecer pelo que vivi nesses quatro anos, além de passar uma palavra também de esperança. Alguns conselheiros mais recentes talvez não saibam com profundidade o que passamos. Assumi a gestão da EACH após uma crise de vários meses, uma crise que classificamos como administrativa-moral. Assumi e a Unidade já estava interditada – e até gosto de dizer que minha primeira mesa de trabalho foi uma mesa da lanchonete do CEPEUSP, que é um lugar agradabilíssimo, onde, inclusive, meus filhos passaram grande parte da infância. Enfim, tive essa experiência. Um início de extrema dificuldade e extrema tensão. Alguns hão de lembrar que às vezes eu vinha falar ao microfone do Conselho Universitário e era até difícil controlar a emoção, porque a dificuldade era muito grande e, apesar de todo apoio da Reitoria e de órgãos centrais, de dezenas de unidades – creio que mais de 20 unidades nos apoiaram, desde receber nossas aulas e nos acolher para várias atividades. Gostaria de destacar a participação do Professor Nakao, que foi junto comigo visitar lugares possíveis, porque nas unidades universitárias da USP não havia lugar para tudo e para todo mundo. Funcionários querendo trabalhar e sem ter para onde ir, então foi uma dificuldade enorme e tudo isso gerando um clima interno muito difícil. E muitos aqui perceberam, Professor Zago, Professor Vahan, os Pró-reitores e outros. Junto com grandes colegas

docentes e não docentes me apoiando, conseguimos nos equilibrar. Poderíamos ter feito muito mais se as dificuldades não tivessem sido tantas, mas considero que grande parte da nossa missão foi cumprida, no sentido de que a EACH voltou a ter a sua atividade, embora ainda com dificuldades, falta de orçamento, prédios, laboratórios, recursos humanos etc, mas voltou a ter aquela vida intensa. Gostaria de deixar para vocês uma palavra de esperança, já que muitos dos Conselheiros ainda continuarão por muito tempo e que aproveitem a oportunidade dessa transição reitoral – Professor Vahan e Professor Hernandes assumindo a Reitoria – para olharem novamente para a EACH, que cada um de vocês tirem um tempinho para conversar conosco sobre a EACH, para olhar nosso *site*, ver as notícias que vêm de lá. A EACH é um lugar maravilhoso, foi uma ousadia da USP e uma inovação. Temos muitas dificuldades até hoje, mas o que temos lá de excelência por conta de todas essas características e peculiaridades da interdisciplinaridade, das várias áreas do conhecimento trabalhando conjuntamente, é algo realmente que me enche de orgulho, de satisfação e, apesar de toda a dificuldade, de todo sofrimento, agradeço a USP por ter encaminhado tudo, e mesmo as minhas opções, pois, pela minha personalidade, não poderia deixar a EACH como estava sem me colocar à disposição. E agora, exausta, cansada e ainda tensa – porque ainda não acabou – sinto-me feliz de ter tido essa oportunidade. Passar 12 anos na EACH, depois de ter passado mais de 30 anos na Cidade Universitária foi excelente. Quero terminar apenas agradecendo a cada um de vocês por tudo que fizeram pela EACH e que ainda vão fazer." **M. Reitor**: "Repito o que disse antes à Professora Maria Vitória, que a USP é devedora à senhora. Mas também me solidarizo quanto ao que a senhora disse a respeito das dificuldades, porque assumimos quase juntos e encontramos uma Unidade com 5 mil pessoas bloqueadas durante seis meses e a experiência posterior veio mostrar que era muito difícil encontrar o motivo pelo qual isso foi feito. Mas isso criou, obviamente, um grande trauma, um grande empecilho, que nos impediu de fazer progredir mais a questão do ensino e da pesquisa no âmbito da USP Leste. Espero que o futuro seja melhor. Muito obrigado." **Cons. José Renato de Campos Araújo**: "Essa é minha última fala no Conselho Universitário, dado que meu mandato se encerra nessa virada de ano. Fui eleito pela primeira vez como Representante dos Professores Doutores

justamente no início da gestão do Professor Zago e do Professor Vahan, e depois fui reconduzido para mais dois anos, encerrando-se agora. Primeiro quero agradecer, pois foram quatro anos de bastante aprendizado, apesar de estar na USP desde a década e 1980 e conhecer esse ambiente de ouvir falar, pois era muito comentado, mas não conhecia pessoalmente, foi algo bastante importante, principalmente por conta do nível das discussões e das importantes decisões aqui tomadas. Preciso, nesse meu último pronunciamento, fazer duas considerações que penso ser muito importantes. Já fiz na última reunião ordinária, mas acho importante repetir. Em especial, a USP vive um momento bastante sério. Como vamos analisar hoje o orçamento da USP, que é uma questão bastante delicada ainda, acho que vivemos um momento – não apenas na USP, mas em todo o mundo – em que há uma crise muito importante a ser pensada, principalmente após ser publicado recentemente um relatório do Banco Mundial sobre o Brasil, recomendando fortemente o fim da oferta de educação superior pública, o que discordo frontalmente e acho que muitos aqui discordam também. Mas penso que, sem dúvida nenhuma, nos próximos anos, esse tipo de debate estará na ordem do dia. Até antes de falar, estava consultando e vi que esse não é um problema apenas do Brasil. Recentemente, em novembro, saiu publicado no The New York Times e no The Guardian – na grande imprensa norte-americana e inglesa – notícias sobre o *Paradise Papers*, o quanto que as grandes universidades americanas – se não me engano, 12 das 20 – se financiam com dinheiro aplicado em *offshores* nas Ilhas Cayman. Isso foi publicado no dia 8 de novembro, tanto no *The New York Times* como no *The Guardian*. Há uma crise de financiamento no mundo inteiro e quando um organismo internacional, como o Banco Mundial vem e faz um relatório dando recomendações – gostaria que alguém me respondesse qual é a alternativa para além do Estado, se é essa mesma alternativa que é feita em outros lugares do mundo, como está bem demonstrado nessas reportagens publicadas pela imprensa internacional. Acho que, sem dúvida nenhuma, a USP terá de se posicionar, não somente em relação à questão do financiamento, mas principalmente quanto ao gravíssimo momento político que estamos vivendo. Semana passada a Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais foi conduzida coercitivamente às dependências da Polícia Federal, uns dois ou três meses atrás, o Reitor da Universidade Federal de

Santa Catarina também foi conduzido coercitivamente para o mesmo lugar, e todos sabemos, houve um final trágico com esse Reitor e não ficarei surpreso se acontecer algo similar com outras universidades. Acho fundamental que o Conselho Universitário e a próxima Reitoria tenham consciência de que é necessário que a comunidade acadêmica e a comunidade universitária se pronunciem nesses momentos. Acho muito grave um Reitor ser conduzido coercitivamente para dependências da polícia sem ao menos ter sido citado uma única vez para ser convidado a dar seu testemunho. Sei que há uma movimentação entre alguns Conselheiros sobre a existência de uma moção do nosso Conselho Universitário em apoio ao Reitor da Federal de Minas Gerais e gostaria de deixar registrado desde já o meu apoio a essa moção. Acho isso fundamental. Digo ao Professor Vahan, que assumirá a Reitoria nos próximos quatro anos que, infelizmente, a USP terá que se posicionar perante esses cenários. Não será possível agir como agimos há décadas na Universidade de São Paulo, de não se posicionar nesses momentos que entendo como graves, tanto do ponto de vista do financiamento como no contexto político nacional." **Cons.ª Simone Rocha de Vasconcellos Hage**: "Minha fala também vai no sentido de despedida e agradecimento. Não imaginei que seria tão difícil. Foram quatro anos, dois mandatos representando os Professores Associados de toda a Universidade de São Paulo. Quando fui eleita em 2013 não tinha noção da responsabilidade desse papel, em função do número grande de pessoas que eu representava, pessoas que eu não conhecia, pessoas de outras Unidades, de outras vivências. E quando me posicionei para ser representante, minimamente queria ser um canal de comunicação entre os Professores Associados e a Representação no Conselho Universitário e me esforcei muito para que isso acontecesse, tanto no primeiro mandato, por meio de comunicação com os delegados, quanto no segundo mandato, criando uma lista onde todas as pessoas poderiam participar – hoje ela tem 200 integrantes. Mas aí descobri que a lista, além de ser um canal de comunicação, foi também um lugar de debate, um lugar onde as pessoas expunham suas questões, eventualmente eu as trazia para cá, quando achava que poderia ser pertinente. Um dos assuntos, inclusive, que movimentou a lista na última semana foi o tema que o Professor Renato acabou de colocar: a preocupação que existe com a maneira como estão sendo conduzidas as últimas investigações em

relação aos reitores. Isso movimentou a lista com uma série de opiniões e quero dizer que meu primeiro agradecimento vai aos Professores dessa lista, que me ajudaram muito. Eles me mandavam *links*, documentos, instruíram-me de alguma forma, não no sentido de dizer o que devo fazer – isso sempre deixei claro, meu voto nunca foi vinculado especificamente à lista, mas sempre considerando a ajuda dos meus colegas, o que eu escutava aqui e o que eu lia. Mas, nesse contexto, há algumas pessoas que quero agradecer – não sei se estão assistindo. Quero agradecer ao Professor Andres, Professor Cláudio, Ricardo Calado, Filomena, Vera, Maria Júlia, Marcelino, e outros tantos que tiveram uma participação muito forte na lista. E não estou citando apenas pessoas que me apoiaram, pelo contrário, nessa relação tenho o nome de pessoas que me fizeram críticas, o que acho muito bom. Sempre sou da opinião de que unanimidade não é bom. Unanimidade, para mim, representa duas coisas: ou as pessoas não estão interessadas/envolvidas ou estão temerosas e não querem se indispor diante de uma situação. E esses dois cenários não são bons. Então, é ótimo quando há diversidade, essa palavra combina com a palavra Universidade. Meu segundo agradecimento vai para o Professor Marcílio Alves, que foi muito mais do que um suplente, ele foi um parceiro muito grande, tanto que, quando havia votações relacionadas à minha Unidade, afastava-me propositalmente para que não houvesse qualquer confusão de estar defendendo algo que era do meu interesse ou do interesse da minha Unidade. Ele vai se candidatar para ser representante dos Associados e se alguém acredita que vai haver um continuísmo, não pense nisso, pois ele tem uma maneira de pensar e eu tenho outra. Acho que a única continuidade que terá será essa comunicação que existe entre o representante e os associados da USP. Divergimos muitas vezes e ele respeitou minha posição por eu ser a titular e ele estar na condição de suplente. Meu terceiro agradecimento vai para os meus colegas Professor José Renato e Professor Oswaldo Baffa Filho. O Professor Baffa me mostrou o quanto ele é conhecedor de leis, do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade; tem um bom senso incrível. E o Professor José Renato, cientista político, sociólogo, que trouxe muitas considerações positivas, conhecendo a mente humana e como a mente se comporta na hora que ela quer governar. Ficava um de cada lado, à minha esquerda o Professor Baffa, à minha direita o Professor José Renato, talvez

fosse melhor inverter a situação, mas aprendi muito com os dois. E para finalizar, quero desejar boa sorte ao novo Reitor, aos novos diretores que assumem e espero até que não haja unanimidade, que vocês tenham diversidade, acho que faz parte desse contexto termos opiniões diversas, e que possamos aproveitar essas opiniões da melhor forma possível, como eu aproveitei nesses anos. Saio daqui uma uspiana melhor e um ser humano melhor também." **Cons. Hugo Ricardo Zschommler Sandim**: "Sou mais um daqueles que se despedem hoje. Despeço-me depois de quatro anos de atuação nesse Conselho, representando a Congregação da Escola de Engenharia de Lorena, uma vez conduzido, e tal como a Professora Simone mencionou, esses anos foram essenciais para o entendimento – pelo menos parcial – de como essa Universidade funciona. Aprendi bastante, devo confessar, ao longo das inúmeras adversidades que essa gestão reitoral enfrentou. É na adversidade que as pessoas crescem. E por conta do enorme esforço imposto a toda a comunidade uspiana, face às duas decisões que precisavam ser tomadas nesse Conselho, os ventos que sopram adiante são muito mais alvissareiros. Preparei esse meu discurso e, na fala da Diretora da EACH, lembrei-me, Professor Zago, do seu discurso de posse, no Palácio dos Bandeirantes, onde as únicas duas instituições mencionadas pelo senhor foram a EACH e a Escola de Engenharia de Lorena. A EACH, pela narrativa da Diretora, fica evidenciado o progresso que essa Unidade teve, mas posso garantir ao senhor que a Escola de Engenharia de Lorena também vem progredindo bastante. Talvez não na velocidade que gostaríamos, mas dentro das possibilidades, Lorena vem progredindo. Pouca gente conhece Lorena com a devida profundidade. Recentemente uma colega, no Conselho de Pós-Graduação, perguntou-me se Lorena tinha aeroporto. É difícil, uma cidade de 80 mil habitantes com um aeroporto no Vale do Paraíba não é uma coisa fácil. Isso é só um exemplo de desconhecimento. Aproveito para desejar felicidades a todos, em especial à nova gestão reitoral, que vai encontrar dificuldades, mas também o esforço e a compreensão dessa coletividade. Espero retornar um dia. Desejo boas festas a todos. Viva a Universidade de São Paulo." **M. Reitor**: "Obrigado, Professor Hugo. Com relação às duas Unidades, é verdade que houve progresso. Particularmente em Lorena, esse progresso está se acelerando. Isso faz parte de uma visão que todos temos que ter. Já disse em

algumas posses, quando estou vestindo aquela indumentária toda que possui aquele colar, que é o símbolo da Unidade da Universidade de São Paulo, lá estão as contas, cada uma delas é uma Unidade da Universidade de São Paulo – as sete fundadoras estão lá. Em uma corrente, qualquer que seja ela, a fraqueza da corrente é dada pelo elo mais fraco. Onde houver um elo fraco, a corrente é fraca. Portanto, a Universidade de São Paulo só será globalmente forte quando todas as suas Unidades estiverem realmente desenvolvidas." **Cons. André Vitor Singer**: "Infelizmente minha fala vai destoar dos colegas que me precederam, que vieram relatar mandatos bem sucedidos. Quero aproveitar para cumprimentá-los e dizer que sinto na fala de cada um o orgulho de ser da USP. Com todas as questões que temos, acho que esse é um elemento que nos une. Quero falar sobre a invasão da Universidade Federal de Minas Gerais, na semana passada. Refiro-me como invasão porque, de fato, agentes da Polícia Federal armados e uniformizados para tal – um número de mais de 80 agentes entraram na Universidade – e como disse meu colega José Renato, levaram coercitivamente, pegando em casa, diversos dirigentes da Universidade, entre eles o Reitor, para uma condução coercitiva, na qual eles foram levados para depor, sem ter nenhum aviso prévio de que havia uma investigação, de que eles estavam sendo, de alguma maneira, envolvidos. Nem sei se eles são acusados, porque é tal o grau de obscuridade dessa operação, que não se sabe exatamente o que está movimentando isso. Já havia falado desse assunto em uma reunião anterior do Conselho, esse episódio na Universidade Federal de Minas Gerais repete o que aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina e eu vim saber depois que é a quarta operação do mesmo tipo, tendo a primeira ocorrido no final de ano de 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, depois se repetiu na Universidade Federal do Paraná, depois em Santa Catarina – levando ao suicídio do Reitor – e agora a Universidade Federal de Minas Gerais. Quero apenas mencionar aos senhores e senhoras os títulos dessas operações: Operação *Research*, Operação PhD, Operação Ouvidos Moucos, Operação Esperança Equilibrista e, por fim, a última, que não terminou na Universidade de Minas Gerais, pois no último dia houve uma nova operação na Universidade Federal de Santa Catarina chamada Torre de Marfim. Parece-me claro que alguma coisa está se movimentando contra o sistema público de ensino superior no Brasil. O que é

esse movimento e o seu porquê, eu não sei, mas acho que nós, da Universidade de São Paulo, precisamos nos manifestar por dois motivos: um é até de autodefesa, porque somos parte integrante, uma parte importante desse sistema público de ensino que está sendo atacado. Mas também porque em qualquer lugar que exista uma agressão desse tipo às garantias individuais, ao Estado de Direito e às liberdades democráticas, acho que temos que nos manifestar. Nesse sentido, alguns colegas, dentre eles a Professora Ana Lanna, representante da Congregação da FAU neste Conselho, redigimos uma moção muito breve e que tem o objetivo de alcançar – nesse caso me perdoe a Professora Simone – unanimidade. Ela foi redigida para ser unânime. 'O Conselho Universitário da Universidade de São Paulo vem a público manifestar a sua preocupação com as recentes operações policiais que culminaram na condução coercitiva de reitores, dirigentes, professores e administradores de universidades federais em diversos Estados do Brasil. Investigações de eventuais ilícitos são sempre necessárias, mas devem se dar nos limites do Estado de Direito, sem pré-julgamento da culpa dos envolvidos. A universidade pública brasileira tem dado contribuições decisivas para o desenvolvimento da educação superior, da pós-graduação e da ciência e tecnologia. Este Conselho espera que a comunidade universitária brasileira seja tratada com a devida dignidade. Qualquer procedimento de apuração de fatos precisa ser feito com respeito à legalidade democrática, aos direitos individuais e ao amplo direito de defesa.' Muito obrigado." **Cons.ª Maria Arminda do Nascimento Arruda:** "Venho, rapidamente, pedir apoio a essa moção redigida por um grupo de Professores, aqui representados pelo Professor André Singer e pela Professora Ana Lanna. Quero chamar a atenção para o fato de que as grandes universidades brasileiras, as públicas, encaminharam documentos de repúdio a esses atos de violação de direitos. Quero lembrar, também, que essas iniciativas têm produzido uma indignação em diversas pessoas e em diversos grupos defensores de direitos humanos. Seria possível enumerar vários, pessoas dignas que passam a vida defendendo direitos, como o Professor Paulo Sergio Pinheiro, como o ex-Presidente Professor Fernando Henrique Cardoso, como tantas outras pessoas de envergadura e da maior dignidade. Esse país está à beira de uma crise – além de uma crise institucional, ontem vi na Faculdade de Direito que essa talvez seja a maior crise brasileira, a crise

das instituições – mas, ao mesmo tempo, um país que está submerso em uma violação de direitos como nunca imaginamos ver, especialmente em regimes de cunho ditos democráticos. Exorto a este Conselho Universitário que responda com a dignidade que nos cabe. Exorto a este Conselho que siga as grandes instituições e as grandes figuras do nosso país defensoras de direitos." **Cons.ª Ana Lucia Duarte Lanna**: "Vou repetir um pouco as falas dos Professores André, José Renato e Maria Arminda, no sentido de solicitar ao Magnífico Reitor a possibilidade de que pensemos em uma manifestação institucional da Universidade de São Paulo. As adesões individuais, as manifestações individuais, os manifestos de intelectuais estão circulando e têm permitido que todos nós, individualmente, nos coloquemos. Acho que o que aconteceu ao longo da última semana foi uma manifestação das instituições públicas de ensino desse país. A ANDIFS – Associação dos Reitores das Universidades Públicas Federais lançou uma carta em um sentido até mais contundente do que essa moção lida pelo Professor André, fazendo a defesa das instituições públicas, as associações de classe de categorias profissionais ligadas à vida universitária, assim como todos os Reitores e ex-Reitores da Universidade Federal de Minas Gerais se manifestaram no mesmo sentido dessa moção, que é a apuração que se faça necessária, respeitando o Estado de Direito. Não se trata de defender ou atacar, seja a Reitoria, sejam os dirigentes, seja a Polícia Federal, mas se trata de problematizar a forma, apenas isso. E acho temerário – não sei se a palavra é um pouco forte –, acho uma pena que a Universidade de São Paulo, que ontem comemorou 190 anos da Faculdade de Direito, reiterando sua própria tradição de uma instituição que defende o Estado de Direito nos princípios liberais, se furte institucionalmente, aproveitando a ocasião desse Conselho, de uma manifestação nesse sentido. Penso que é uma situação excepcional, sei que é uma decisão e uma prerrogativa do Reitor, já pedimos isso por outro caminho, mas estou reiterando os motivos e as razões da minha demanda nessa manifestação, que é uma manifestação que não toma posição, a não ser em defesa do Estado de Direito." **Cons. Clodoaldo Grotta Ragazzo**: "Acho que essa é a última reunião do Conselho Universitário presidida pelo Professor Zago. Então, antes de tudo, gostaria de agradecer ao Professor Zago, Professor Vahan, aos seis Pró-reitores que participaram dessa gestão, Professora Bernadete, Professora

Maria Arminda, Professores Romero, Krieger, Carlotti e Hernandes. Foram quatro anos difíceis e interessantes. Difíceis, todos sabem porque a gestão teve que tomar muitas decisões complicadas, que geraram grande agito na Universidade, corajosas, e acho que demandou muitas horas de sono dos gestores, tenho certeza, inclusive minhas horas de sono. Esse é um ponto, mas não subi aqui apenas para dizer isso, embora esse seja o foco mais importante do que vim falar. Em segundo lugar, quero lembrar uma coisa que dominou a Congregação da Matemática no início da gestão. A EACH, a EEL, lembro-me desses assuntos. E o outro foi exatamente a crise da USP, que antecedeu a crise econômica do Brasil. No início de 2014, essa curva do ICMS que vimos da Controladoria ainda estava menos comprometedora, fora a questão do Professor Rodas. O Professor Zago, Professor Vahan, Professora Maria Arminda estavam na gestão passada, o então representante da Congregação da Matemática veio ler uma moção pedindo que fosse apurado o que tinha acontecido e, primeiramente, parabenizo novamente a gestão porque abriu uma sindicância para apurar o que aconteceu. Essa sindicância virou um processo administrativo e gostaria de, no último dia, relembrar isso, porque depois de todo barulho que foi feito nesse Conselho Universitário, acho fundamental que em algum momento se diga o que está acontecendo com essa Comissão de Sindicância. Não estou fazendo julgamento nenhum do Professor Rodas ou dos Pró-reitores, mas acho fundamental que resgatemos a história do que aconteceu, porque sem o registro da história, podemos ter uma Controladoria, podemos ter tudo, os fatos irão se repetir. Pode até ser que a conclusão – e espero que seja assim – seja de que ninguém fez nada de errado, que foi tudo um acidente. Mas se não foi, precisamos saber o que aconteceu, e precisam ser tomadas medidas cabíveis, de acordo com as regras institucionais, com muito pudor, sem nenhum estardalhaço. Fecho com uma pergunta. Em que pé está isso?" **M. Reitor**: "Cabe-me responder. Todos são testemunhas de que isso que o Professor Clodoaldo falou é absolutamente correto. Esta Reitoria, sob a pressão da indignação nos primeiros meses de mandato, quando descobrimos o grau de comprometimento que havia nas nossas finanças, o tamanho da crise que nos esperava, e ele tem razão, foi antes que a arrecadação do ICMS começasse a cair. Diante de toda essa indignação de toda a comunidade acadêmica, anunciei aqui e mandei abrir

uma sindicância. E essa sindicância recomendou ao Reitor que abrisse um processo administrativo disciplinar. Assim foi feito. Esse processo tem encontrado uma enorme resistência daqueles que devem ser analisados, que devem ser julgados pelo processo, de tal maneira que ações, as mais variadas de natureza jurídica e legal têm sido movidas para impedir o andamento desse processo, que se encontra aberto ainda, se não me engano, com a quarta ou quinta presidência sucessiva. No entanto, quando o senhor disse que é necessário resgatar o que ocorreu, sem nos preocuparmos com culpados, porque não é atrás disso que estamos, mas estamos sim atrás da verdade, o que ocorreu? Que não seja escondido por uma cortina de fumaça. O que ocorreu está, em primeiro lugar, claramente descrito nesse relatório. Todos os membros desse Conselho receberam o conjunto do relatório. E aqueles que não receberam podem acessar pela internet. O volume número 4 – Recuperação financeira e racionalidade administrativa – traça com todos os detalhes números, gráficos, tabelas, exatamente a história da nossa crise. Foi o Reitor que escreveu. Sim. Mas isso pode ser checado por qualquer um que ao verificar possa dizer 'esta tabela ou este gráfico é mentiroso'. Isso nunca disseram. O que está aqui é a plena verdade daquilo que o Professor Vahan e eu encontramos quando chegamos aqui em janeiro de 2014. Mas, mais que isso, existe um testemunho independente, que é representado por um processo que ocorreu sem a minha participação, porque nunca participei de nenhuma daquelas reuniões, no âmbito da FEA, dirigido pelo Professor Marcovitch, ex-Reitor da Universidade de São Paulo, que analisou todo o processo a partir de uma tese de doutorado que não perguntou nada a ninguém, apenas recolheu documentos. Documentos da Universidade, atas de Conselho Universitário, e compôs uma história que bate exatamente com essa. Isso se transformou num livro que está disponível, foi editado pela EDUSP, não me lembro do nome agora, mas muitos conhecem. Portanto, o senhor tem duas fontes independentes para analisar o que ocorreu naquele período. Quem ler e discordar, por favor se manifeste. Eu agradeceria. Mas o fato é esse. O processo está em andamento." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: "Minha fala é também no sentido de que o Conselho Universitário tem a oportunidade de fazer uma manifestação pública sobre esse ataque que as universidades estão sofrendo. Acho que o assunto é muito grave e merece a

manifestação, além da manifestação individual. Acho que o Conselho Universitário não tem a prática de fazer moções, mas é a excepcionalidade da ocasião que me parece que justifica plenamente a moção nos termos que foram lidos pelo Professor André Singer, que pedem nada mais, nada menos, que se cumpra a lei, que se façam as investigações que são devidas, mas que não se busque criar um ambiente midiático que penalize, que de certa forma já faça o julgamento acusatório definitivo desse ou daquele dirigente. Não queremos isso para ninguém, e em particular, nesse momento, essa ofensiva que me parece orquestrada por interesses na privatização das universidades públicas, acho que é algo que o Conselho Universitário não pode se furtar a uma manifestação. Nesse sentido, solicito que o Reitor considere esse pleito e consulte os Conselheiros para que aprovemos a moção, que é absolutamente simples, mas que terá um peso enorme nessa conjuntura, para chamar a atenção de que não é possível que joguemos um patrimônio histórico de anos a fio, construído com o esforço imenso de várias gerações, em uma vala comum ou em um olhar de que somos marajás, ou somos todos membros de uma torre de marfim. Portanto, neste momento, essa moção é um sinal de que o Conselho Universitário está solidário com esses reitores e com essas universidades federais que estão sendo atacadas." **Cons. Gilberto Fernando Xavier**: "Na esteira dos meus colegas que me antecederam, em particular o Professor André Singer, que mencionou que algo se movimenta contra o sistema público de ensino superior, pedi a palavra para falar sobre uma notícia que saiu na Folha de São Paulo, envolvendo o Instituto de Biociências da USP, matéria essa intitulada "Justiça manda prender ex-professor da USP", de 8.12.2017. Entendo que da maneira como a notícia foi veiculada, trata-se de mais um ataque à universidade pública, neste caso a USP. E neste caso específico, pela omissão do jornal em relação a como esse processo foi conduzido. O jornal deixou de noticiar que o processo foi inteiramente conduzido conforme preconizado no Estado de Direito. E a USP cumpriu absolutamente e inteiramente o seu papel na condução desse processo. Tendo recebido a notícia de que haveria irregularidades no gerenciamento de recursos do Proex, instauramos uma sindicância que apurou meticulosamente o que se passou. Os envolvidos puderam participar e esclarecer o que aconteceu. Diante do relatório da Comissão Sindicante, que foi apreciado pela

Procuradoria Geral e teve, a seguir, o apoio da Reitoria no sentido de indicar comissões processantes. Foi feito também um processo disciplinar contra os envolvidos e em paralelo, conforme concluído pela Comissão Sindicante, o processo foi encaminhado para o Ministério Público Estadual, Federal e para a CAPES. O que se passou foi que a Comissão Sindicante tirou uma série de conclusões sobre os envolvidos, a Comissão de processo disciplinar inteiramente independente - obviamente - em relação à primeira, chegou às mesmas conclusões, e mais do que isso, dada a natureza da Comissão que conduziu o processo disciplinar, obviamente os envolvidos tiveram novamente a oportunidade de apresentar seus esclarecimentos e sua defesa por escrito e presencialmente. Inclusive, acompanhados por advogados. Por isso, como disse, o processo foi inteiramente conduzido conforme preconiza a lei. Dadas as conclusões, a USP, dentro da sua esfera de atuação legal, tomou as medidas que competia tomar em relação aos envolvidos e, em paralelo, o Ministério Público, que investigou adicionalmente o assunto, também chegou a conclusões, e essas conclusões levaram à notícia "Justiça manda prender ex-professor da USP." Neste caso, pertinentemente, mas depois de seguido todo o rito legal previsto no Estado de Direito. Então, incomoda tremendamente que o jornal Folha de São Paulo tenha noticiado esta informação para o público, sem informar que a USP, efetivamente, tomou todas as medidas que cabia tomar em relação ao caso, e não só isso, punir os envolvidos. E puniu conforme previsto em lei. Tentou fazer crer que ela, Folha de São Paulo, foi quem revelou a informação. Na verdade não. O processo foi inteiramente conduzido dentro da USP. Obviamente, ao ter lido a notícia e ter ficado bastante indignado com todo o informado, tentei tomar medidas para que o assunto fosse esclarecido, escrevi para o painel do leitor, escrevi para outros meios de comunicação, e, efetivamente, o jornal O Estado de São Paulo, na sua página virtual, publicou meus esclarecimentos, mas a Folha não publicou. Então, ao não tê-lo feito e ao ter veiculado a informação dessa maneira parcial, com omissão de detalhes extremamente importantes, entendo que o jornal estava sim atacando a Universidade de São Paulo, o que nos coloca - por motivos completamente diferentes - também na mira do que vem acontecendo no país em relação às universidades públicas. Não podia deixar de trazer esses esclarecimentos, porque da maneira como a notícia foi veiculada,

poderia parecer que não tomamos providência alguma. Elas foram tomadas e as consequências previstas em lei aconteceram." **M. Reitor**: "Professor Gilberto, vi suas declarações, acho muito apropriadas, mas não tentaria ligar isso a um problema maior. Essa á maneira como temos sido tratados ano após ano pelos meios de comunicação, que sempre dão um jeito de nos colocar em uma luz um pouco menos brilhante ou, se possível, um pouco escura. Não acho que neste caso haja nada de excepcional, mas acho que o seu comportamento foi muito correto. Parabéns." **Cons.ª Gabriela Soares Schmidt**: "Gostaria de começar minha fala neste último Conselho do ano lembrando uma vitória muito importante que o movimento estudantil e o movimento negro tiveram, que foram as cotas raciais e sociais. Apesar de isso ter acontecido também em um contexto de austeridade da Reitoria e de muitos outros ataques, acho que essa vitória que tivemos, no contexto político, econômico e orçamentário em que estamos, coloca, com muita importância, o tema da permanência estudantil no ano que vem. Já hoje a permanência estudantil é bastante insuficiente, bastante precária e para o ano que vem, para recepcionar os novos cotistas, a questão da permanência estudantil vai precisar tomar a centralidade das políticas da Universidade e a prioridade dentro do orçamento da Universidade. Começo dizendo isso porque não sei se é do conhecimento de todos os Conselheiros, mas houve uma luta muito importante dos estudantes do alojamento de São Carlos em defesa do alojamento, pela manutenção e pela gestão que é feita pelos próprios estudantes naquele *campus*. Foi uma luta muito importante, muito ampla, democrática, que inclusive saiu vitoriosa. Foi reconhecida pela comunidade universitária do *campus* e permitiu a negociação para que as demandas estudantis que estavam sendo pautadas pudessem ocorrer. No entanto, um tempo depois, nove estudantes que participaram dessa mobilização sofreram um processo administrativo feito pela Reitoria. E acho que depois de muitas falas comentando o contexto político em que estamos, de perseguições e tudo o mais, é muito importante que esse Conselho Universitário também se aproprie do que acontece dentro da nossa Universidade. Na ocasião, a PM acompanhou a desocupação, porque a mobilização saiu vitoriosa e reconhecida, inclusive com o laudo constatando que não havia qualquer tipo de irregularidade, e assim por diante. No entanto, ainda assim, esses nove

estudantes, de forma arbitrária - porque o movimento foi muito mais amplo do que isso - sofreram com esse processo. Foi feito um mandado de segurança, que foi também acatado, porque entendeu que a USP não tinha envergadura jurídica para fazer isso, que não era legítimo, mas mesmo assim o processo foi para a segunda instância, e agora foi congelado novamente, porque a justiça também entendeu que não tinha condições de continuar. De todo jeito, isso é efêmero e é muito importante que todos os professores, que todos aqueles que estão aqui dentro desse Conselho, que são contra as perseguições políticas ou que conheceram o que é a perseguição política no nosso país, que não permitam que coisas assim aconteçam, e que tenhamos, enquanto Universidade, enquanto Instituição, enquanto representantes de cada uma das categorias, a certeza e a firmeza de defender as pessoas que se mobilizam, que lutam pelos seus direitos, porque isso é também algo que temos direito a fazer. Estamos completamente legitimados em defender nossas causas, fazer nossas mobilizações, e foi dessa forma bastante legítima, democrática e justa que ocorreu em São Carlos. O ano que vem será um ano em que o tema da permanência será muito importante, haverá disputas muito importantes nesse sentido e nosso direito a lutar tem que estar completamente assegurado por uma instituição que se diga democrática. Portanto, acho muito importante que todos os professores e aqueles que acompanham a vida da Universidade saibam dessas coisas e que nós, enquanto corpo do Conselho Universitário, não permitamos qualquer intransigência nesse sentido, porque em um contexto político como esse, é importante que o direito à diversidade, como foi colocado aqui - na verdade esse Conselho não representa toda a diversidade da USP e parte dela se expressa mesmo através do movimento estudantil, das entidades etc. - que ele possa ser autorizado e ocorrer dentro da Universidade sem qualquer tipo de retaliação ou ameaças, porque isso compromete a democracia dentro da Universidade. Acho que o caso de São Carlos é bastante explicativo de algo que não começou agora e, infelizmente acho que não termina agora também, porque é muito público tudo o que aconteceu e acho muito importante que tenhamos uma postura de defesa e de apoio a todos aqueles que lutam, principalmente por um tema tão importante e tão decisivo, que é a permanência estudantil, e que no ano que vem será ainda mais importante, para darmos continuidade ao processo de democratização e popularização dessa

Universidade, que foi a vitória das cotas raciais e sociais." **Cons. Uriel Engel Piffer:** "Como já foi dito por vários Conselheiros, esse é o último Conselho Universitário presidido pelo Professor Marco Antonio Zago, enquanto Reitor da nossa Universidade. Ele mesmo deixou para fazer suas considerações no final do Conselho, tenho certeza que ele vai fazer uma bela de uma propaganda, colocando vários apontamentos das principais coisas que aconteceram durante o seu mandato. Quero, entretanto, fazer algumas considerações enquanto estudante e representante discente sobre as mesmas coisas que aconteceram, mas por outra perspectiva. A Gabriela, que me antecedeu, já colocou coisas que, no meu ponto de vista e no meu entender, são inadmissíveis dentro da gestão da Universidade. Foram vários cenários de repressão - não só judicial, mas também policial - aqui dentro, com cenas lamentáveis e dias realmente tristes para a história da Universidade. Viver em pleno 2017 e ver episódios de violência policial como os que vimos neste ano, ano passado, em minha opinião é nada além de lamentável. E acho que existem outras coisas que penso ser importantes de refletirmos, em especial, sobre onde chegamos com austeridade. Acho que muito se fala que o ano que vem será um ano folgado economicamente para a Universidade, dizem que a USP vai conseguir seguir seu orçamento de maneira lisa - vamos votar mais tarde o orçamento da Universidade para o próximo ano -, mas dentre várias coisas que aconteceram neste ano, gostaria que pensássemos, em especial, sobre o tema das contratações, a que ponto chegamos. Falei disso na semana passada, sobre alguns dos aspectos, alguns reflexos, onde o congelamento das contratações nos levou. O exemplo do HU é icônico, a ponto de termos que fechar o pronto-socorro infantil por falta de técnicos. Na ECA temos outro exemplo bastante categórico, dos alunos de Relações Públicas que foram obrigados a trancar uma matéria do segundo semestre, ou seja, uma matéria obrigatória que é oferecida no segundo semestre, porque não tinha professor para ministrar o curso. Acho que isso nos mostra bem o custo que isso tem. Ainda que a gente queira vir falar de excelência acadêmica, vir falar que esse aspecto da Universidade foi mantido, tenho certeza que não foi mantido. Venho de uma Unidade, o IME, onde um dos Departamentos - o Departamento MAT, que é um dos departamentos responsáveis por dar Cálculo para toda a Cidade Universitária (oferece cálculo até para a Poli de Santos), chegou a ter um déficit

de professores em torno de 30, funcionava com 30 docentes a menos do que seria para ter o funcionamento ideal. Não à toa, os docentes do Departamento chegaram, ainda no ano de 2014, a escrever um dossiê relatando a situação do Departamento, fazendo paralelos com departamentos equivalentes de outras Universidades públicas, como a UNICAMP, para mostrar que, de fato, o funcionamento do Departamento também estava em risco, se alguns outros docentes, que tinham tempo para se aposentar, se aposentassem, teríamos que chegar ao nível que chegou o curso de Relações Públicas da ECA, a ponto de não conseguir oferecer sequer as obrigatórias. Pensando nos cursos de Cálculo, que têm altos índices de reprovação, com o reoferecimento das matérias, não conseguiríamos fazer o mínimo. Imagino que tudo isso tende a continuar para o próximo ano, já apontamos nas nossas diretrizes orçamentárias da semana passada a contratação de 150 novos docentes. Sinceramente não sei se isso resolve, mas tenho certeza de que termos apontado há duas semanas que não vamos contratar técnicos e administrativos para o próximo ano é uma sinalização que deve continuar. E tenho certeza de que coloca em jogo a excelência acadêmica que tanto prezamos." **Cons. Marcos Domingos Siqueira Tavares**: "Esta é minha última participação no Conselho depois de quatro anos aqui e ao me despedir gostaria de agradecer aos meus colegas Diretores dos Museus pela confiança em mim depositada para representar os Museus neste Conselho e registrar o quanto me senti honrado em ter sido membro deste Egrégio Conselho, que protagonizou momentos históricos e da máxima importância para o futuro da nossa Universidade. Também quero parabenizar o Prof. Zago, o Prof. Vahan, os Pró-reitores, todos os gestores dos Órgãos Centrais da USP por liderarem a Universidade nesse período tão difícil, agradecer a todos pelo apoio e reiterar que foi uma imensa honra estar aqui com os senhores durante esses quatro anos. Muito obrigado." Palmas. **Vice-Reitor**: "Marcos, reforço as palavras que o Prof. Zago disse: a USP agradece aos gestores pelo trabalho que fizeram; o seu trabalho à frente do Museu de Zoologia foi maravilhoso e acho que graças a isso a USP continua sendo a Universidade de ponta do país. Obrigado." **Cons.ª Mariana de Paula de Oliveira Ribeiro**: "Quero fazer uma fala sobre uma situação, que se não é do conhecimento de todos, pelo menos deveria ser, que é sobre a situação da eleição para Diretor do Instituto de Relações

Internacionais. É uma pena que as representações da Diretoria e da Congregação do IRI não estejam presentes mais uma vez neste Conselho Universitário para ouvir minha fala. Mas, enfim, todo mundo sabe como funciona as eleições para as Diretorias das Unidades, existem duas fases e a segunda fase só ocorre se a primeira fase tiver tido uma chapa única de titulares, que se inscrevem para a primeira fase. Os dois únicos professores titulares do IRI, além do atual diretor, é a Professora Janina e o Professor Amâncio, eles têm parceria acadêmica e alinhamento político reconhecido por todos, apesar disso, se inscreveram em chapas diferentes na primeira fase, para impedir que os professores associados pudessem se inscrever na segunda fase. A comunidade de RI fez tudo que foi possível para tentar dialogar com esses professores e convencê-los a não inscrever uma chapa feita nessa primeira fase. E para quem duvida que a chapa da Prof.ª Janina é falsa e só existiu para impugnar a chapa dos Associados, saibam que essa professora também está, na verdade, concorrendo para a Coordenação da área de RI na CAPES e não é possível concorrer aos dois cargos. Depois de todas as tentativas de diálogo sumariamente ignoradas, os estudantes entraram em greve por democracia e por ética no processo eleitoral do IRI. O IRI se encontra sequestrado na mão de um grupo minoritário, isolado e autoritário, que não se importa se o Instituto cair aos pedaços, contanto que estejam na Diretoria. A mobilização da comunidade do IRI em torno das eleições foi histórica, gerou um período de greve estudantil em um momento em que todo o resto da USP estava parado. Ocorreram plenárias das três categorias, com uma articulação e uma unidade nunca antes vista no Instituto, por democracia e contra um projeto draconiano para o IRI. Foi provado que havia desvio da finalidade e que a chapa da Prof.ª Janina só existiu para impedir a candidatura das(os) professores associados do IRI, que certamente ganhariam a eleição. A Procuradoria Geral se manifestou. A Comissão Eleitoral do IRI recomendou a impugnação das chapas e a Congregação do IRI ratificou isso por ampla maioria. Na consulta que aconteceu na última quinta-feira a comunidade do IRI não deixou dúvidas de qual projeto quer para o Instituto, a chapa dos Associados ganhou de lavada em cada uma das três categorias. Os golpistas não se conformaram e levaram para a justiça comum, o Juiz da 1ª Instância decidiu contra eles, e então eles recorreram a um Desembargador e

em uma decisão muito controversa, decidida em menos de vinte e quatro horas, sem ouvir a Universidade e com uma decisão bem ambígua e contestável do ponto de vista jurídico, decidiu a favor deles. Esse Desembargador, vale dizer, é ligado ao Gilmar Mendes e pesam sobre ele acusações de arbitrariedades e de arquivamentos propositais de processos. A Procuradoria Geral da USP recorreu a esta decisão do Desembargador, mas as eleições tiveram que ocorrer na segunda-feira só com as chapas golpistas de professores titulares. Nós não reconhecemos essas eleições e o seu resultado, acreditamos que o IRI se encontra sequestrado por um setor parasita da Universidade pública. Que os professores Amâncio e Rafael Vila e Janina e Moacir são hoje verdadeiras *personas* não gratas no Instituto e que, mesmo assim, eles acham que têm alguma legitimidade e respeito para continuar dirigindo. As atitudes deles ferem a autonomia universitária e também qualquer princípio de ética. Eles não deveriam sequer ser professores desta Universidade, que dirá Diretores. Enquanto o Instituto não for devolvido a sua comunidade e a democracia ética for restaurada, o IRI será ingovernável. Esses golpistas do Instituto de Relações Internacionais têm tão pouca legitimidade quanto os golpistas do Palácio do Planalto do governo Temer. Se querem não apenas fechar, mas trancar as portas do diálogo, não iremos nos submeter. A nova Diretoria do IRI não é reconhecida pela comunidade e não terá uma gota de sossego durante a sua gestão." **M. Reitor**: "O Prof. Amâncio pediu a palavra, uma vez que houve referência a ele e terá um aparte de cinco minutos. Quero lembrar a todos que este Conselho não irá se manifestar absolutamente sobre essa questão neste momento. Se o encaminhamento jurídico trouxer esse assunto aqui, teremos que nos manifestar no julgamento de recursos ou coisas desta ordem. Só pediria que vigiassem a própria linguagem. Entendo que há momentos em que temos entusiasmo, falamos, às vezes, excedendo os limites, eu mesmo não sou isento desse crime ou desse pecado, todos fazem isto, mas pediria que para benefício da própria Universidade nos mantivéssemos calmos e com linguagem aceitável, adequada, porque o direito de palavra é absoluto aqui dentro, os termos que as pessoas usam e o comportamento é sujeito à análise de quem se julgar ofendido de qualquer forma. Está claro isso? Isso não é nenhum tipo de ameaça, é uma lembrança a todos os envolvidos." **Cons. Amâncio Jorge**

Silva Nunes de Oliveira: "Quero me manifestar perante a este Conselho e dizer que é lamentável ouvir isso. Tentei explicar durante todo o processo que fiz um convite para a Prof.ª Maria Antonieta que, aliás, é do nosso grupo político, foi Vice Coordenadora do NAP-CAENE durante muitos anos, portanto, essa ideia de grupo político é bastante estranha; depois convidei a Profa. Janina para compor chapa comigo e esta disse que gostaria de fazer uma chapa à parte. É muito estranho, realmente, achar que a Prof.ª Janina, por ter sido parceira intelectual, por ter produção comum, entre outros, terá que a vida toda ter que ser uma Vice, ou seja, ela não pode ter autonomia para concorrer a um cargo de dirigente. A informação de que é incompatível o cargo de dirigente com CAPES é uma informação falsa, isso não é verdadeiro, assim como o processo bifásico pressupõe professores titulares, depois professores associados. A Prof.ª Janina tem uma enorme trajetória de respeitabilidade acadêmica, sempre foi respeitada, trabalha na Pró-reitoria de Graduação, portanto gostaria, antes de tudo, falar da seriedade da Profa. Janina e dizer que é uma vergonha o fato de, depois do Instituto ter elegido uma professora séria, de respeito, em uma eleição com muitos votos, consagradora, alguém vir aqui a público fazer uma crítica desse gênero. Entendo a frustação dos professores associados, mas essa é a regra da Universidade, ela foi preservada nesse momento, portanto, o tema da sentença jurídica é importante, entendo a frustação e acho que o debate sobre a estrutura do Regimento pode ser feito novamente, podemos retomar essa discussão, o que não é aceitável é mudar a regra no meio do processo. Se houve chapas de titulares e associado 3, como é o caso da minha, que foi derrotada, com o Prof. Rafael Vila, que também é um professor respeitado dentro da área, ora, esse processo tem que continuar. Então, se querem fazer uma discussão a respeito de mudança regimental, estamos de acordo, sou favorável a fazer essa discussão, o que não se pode é tolerar uma mudança no meio do processo. Portanto, peço aos Conselheiros apoio nesse momento difícil do Instituto de Relações Internacionais e mais do que tudo, apoio à Profa. Janina Onuki, que é uma pessoa séria, venceu as eleições e espero ter apoio para que ela governe e pacifique o IRI. Chegar aqui na frente e fazer ameaças de greve, dizer que o IRI não será governado é lamentável, sinto muito, sobretudo pela Profa. Janina." **Cons. Raul Franzolin Neto**: "Venho trazer aqui dois assuntos que

discutimos na nossa Congregação da FZEA e o primeiro deles trata-se do Programa Jovens Pesquisadores. A nossa Congregação apoia totalmente esse Programa, foi uma medida inteligente de unir os recursos públicos que são utilizados pela FAPESP e investidos na Universidade. Além disso, a Universidade tem um potencial muito grande de recursos humanos para aproveitar, a contratação de docentes associando com os recursos provenientes de um setor público do nosso Estado, produzido pelo Estado de São Paulo, unindo e gerando ótimos proveitos, entendemos que se trata de uma ação muito inteligente e eficiente dentro da Universidade. O segundo aspecto que debatemos foi um assunto de longo tempo que discutimos. Eu mesmo, pessoalmente, não consigo entender o que aconteceu quando se criou o Estatuto da USP e o Regimento da Universidade de São Paulo, por que não se incluiu os representantes dos funcionários nos Conselhos de Departamento? Infelizmente, o funcionário tem representação no CTA, nas Congregações, no Conselho Universitário, mas não tem na Unidade básica onde ele atua, onde ele trabalha até, às vezes, por trinta e cinco anos e ele não pode nem mesmo eleger o seu Chefe. Não conseguimos entender por que isso aconteceu quando se fez o Estatuto. Surge aqui uma ideia. Nossa função aqui é ser conselheiro da Universidade e é dentro dessa função que trazemos esse assunto para que possamos estudar isso com mais efetividade, para que em um futuro breve possamos resolver isso de uma forma muito mais adequada, talvez discussões na CLR e dentro da Universidade para trazer uma colaboração que tenho certeza que os funcionários têm muito a contribuir junto conosco nos Conselhos de Departamento." **Cons. José Eduardo Krieger**: "É com satisfação que anuncio que estamos conseguindo já unir o GIP, aquele sistema de Gestão da Informação de Projetos, com o Agilis da FAPESP. O que significa isso? Garantir infraestrutura de pesquisa para os docentes da Universidade é um trabalho de todo Pró-reitor de Pesquisa, e essa é uma questão que não é pequena. Com o auxílio, principalmente, da STI e da própria FAPESP, conseguimos integrar esses dois sistemas. Esses sistemas já estão operando em fase de teste até o meio de janeiro em uma das Unidades, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e queremos só ter certeza que ele estará funcionando. Isso significa que a utilização desse serviço, o GIP, que é um serviço corporativo que tem acesso a todos os bancos de dados da

Universidade, não só irá permitir o acompanhamento administrativo e financeiro de todos os projetos de pesquisa dos docentes, mas irá facilitar muito na hora da prestação de contas, porque não é necessário retrabalho da entrada dos dados na FAPESP, isso agora está automatizado. Chamo a atenção também para o potencial dessa ferramenta, que no futuro, com a melhor consolidação dos Centros de Apoio à Pesquisa da Universidade, permitirá aos pesquisadores fazerem compras de insumos e de equipamentos nacionais e internacionais. Então, Magnífico Reitor, isso é um avanço muito grande, é bastante importante e acho que iremos iniciar o ano já disponibilizando isso para todos." **Cons. Antonio Carlos Marques**: "Estou aqui para finalizar a série de despedidas, pois é também a minha última reunião. Tenho assento neste Conselho como representante dos Institutos Especializados e assumi, há mais de três anos, primeiro como suplente do Prof. Ildo Sauer, que era titular e Diretor do IEE, depois que o Prof. Ildo saiu passei a ser titular e fui reeleito como representante. A partir da próxima reunião sentará neste assento o Prof. Colombo, que atualmente é o Diretor do IEE também. Quero agradecer a oportunidade desses quatro anos, toda a experiência e aprendizado que tive com todos os colegas aqui, todo apoio que tive de todas as pessoas, da Reitoria, das Pró-Reitorias, dos gestores centrais, colegas professores, funcionários, alunos, tudo isso foi extremamente importante e gratificante. O Centro de Biologia Marinha tem um novo Diretor, que é o meu Vice-Diretor. Ele é uma pessoa extremamente comprometida e que tenho certeza que irá representar muito bem todo o trabalho que vimos fazendo. Foram quatro anos de superação para todos nós, foram quatro anos que talvez se pudéssemos escolher, tínhamos sonhos quando entramos e vimos tudo isso mudar, vários de nós que estamos saindo entendem bem o que estou dizendo, foi um banho de ducha fria brutal logo no primeiro momento, mas foram anos de muito engrandecimento para a Universidade também com questão à discussão, ao respeito acadêmico e à diversidade, que soubemos preservar. Então, gostaria de agradecer a todos e desejar uma excelente gestão para a nova Reitoria e para os colegas que aqui ficam." Palmas. **M. Reitor**: "Prof. Antonio Carlos Marques, devo repetir o que parece que hoje será uma ladainha, são os agradecimentos da USP àqueles que perdem o sono durante quatro anos, são obrigados a se indispor com um monte de gente para tentar proteger a sua

Unidade e levar em frente o seu projeto acadêmico, mas a USP reconhece isto, não obrigatoriamente o Reitor, mas a USP, a Universidade vê este trabalho, reconhece e além do mais, reconhece aqueles que participam dos colegiados, servem como negociadores em horas difíceis e a tudo isso a Universidade agradece bastante. São dez minutos para as dezessete horas, o nosso Expediente durou cento e cinquenta minutos, o Regimento prevê noventa minutos, claro que nós não queríamos, como eu disse, cortar a palavra das pessoas, mas isto torna a vida de todo mundo difícil. Como é a minha última sessão, sinto-me à vontade para sugerir a este Conselho que analise o seu próprio funcionamento e, quem sabe, no próximo ano preveja o funcionamento do Conselho Universitário das questões que precisam chegar, se seria possível haver outra instância que facilitasse, porque o Reitor também - apesar que muitos não acreditarem -, sente-se inseguro de tomar decisões sem ouvir colegiados, então, é preciso pensar em uma forma mais eficiente de fazermos o nosso trabalho. Recebi uma provocação, ou melhor, uma sugestão ou um pedido de que puséssemos sob análise uma Moção que foi lida pelo Prof. André Singer, foi apoiada por várias pessoas e que, em essência, pede que a Constituição seja respeitada. Pode parecer abundante - mas não é - pedir respeito às leis e às constituições, é bom e o país agradece, portanto, o pensamento aqui apresentado é obviamente respeitável, é uma iniciativa boa. Por outro lado, ela se liga, nesse momento, a uma série de fatos que estão sendo investigados, alguns muito mal esclarecidos, eu diria. O próprio Prof. Poveda que está aqui ao meu lado e que é advogado disse: 'Olha, neste caso claramente houve um desrespeito ao direito.' Há, na interpretação daqueles que apresentaram a proposta, uma noção de que estas coisas se ligam e constituem uma investida contra a Universidade pública. Percebi que muitos têm dúvida a respeito disto, ouvi várias pessoas. Eu não gostaria de me manifestar ou tomar medidas contrárias de encaminhamento, porque não quero dar a impressão que a Universidade de São Paulo fugiria de uma responsabilidade que ela tem, por outro lado não sinto que muitos, não uma maioria, não estão confortáveis em votar a questão agora. E como o Prof. André Singer ou a Cons.ª Ana Lanna disseram - não sei qual dos dois - que gostaria que fosse por unanimidade, também acho que isso é importante. Não temos hábito de fazer moções, não fizemos ao longo dos meus quatro anos de

mandato porque entendo que esta não é a função fundamental deste Conselho; este Conselho tem a responsabilidade de tocar administrativamente a Universidade, mas isso não quer dizer que em situações excepcionais ele não possa ou, às vezes, não deva fazer. O que quero dizer é o seguinte: Não sei qual é o melhor caminho a ser tomado neste momento, não quero impor, então pensei o que fazer e cheguei à seguinte conclusão: esta Moção será encaminhada obrigatoriamente de uma forma ou de outra, o que irei discutir com todos aqui é o formato. Claro que o texto, se for encaminhado terá que, eventualmente, ser revisto por três ou quatro pessoas do próprio Conselho, agora ou no futuro – o Prof. André Singer provavelmente concordará. Colocaremos em votação se este Conselho quer que seja incluído na Ordem do Dia de hoje. Se for incluído colocaremos em votação o apoio ou não à essência, preservando a possibilidade de rever algum aspecto do texto. Se o Conselho se manifestar contrário em colocar na Ordem do Dia de hoje, ele será encaminhado à CLR e voltará ao Conselho Universitário para uma votação, com pausa para que as pessoas possam pensar. É o que posso fazer, não vou impor uma solução ou outra, se o Conselho quiser, votará hoje, se achar por bem postergar, terá esse direito. Por isso, antes de entrar na Ordem do Dia propriamente dita, colocarei em votação se isto será ou não incluído na Ordem do Dia. Volto a insistir, porque não gostaria de criar precedentes para aqueles que virão depois, pois a inclusão ou não na Ordem do Dia é privilégio de quem preside a Sessão, portanto, é privilégio do Reitor, mas não quero usá-lo agora porque não sei qual é a melhor solução. Está claro? Isto não abre um precedente para os próximos dirigentes, que poderão sempre colocar ou rejeitar assuntos sem ter que ouvir o Conselho se assim acharem adequado. No entanto, neste momento, quero ouvir o Conselho, portanto, iremos votar se entrará na Ordem do Dia, garantindo que se não entrar será encaminhado à CLR para manifestação e virá como assunto regular, com parecer, como todos os assuntos que votamos até hoje." Nesta oportunidade, o **M. Reitor** realiza um teste no sistema de votação e havendo a necessidade da substituição de um controle de votação, passa a palavra ao Secretário Geral para fazer um comunicado. **Secretário Geral**: "Na saída será distribuído, para todos os diretores, uma cópia do Brasão da Universidade de São Paulo exatamente igual àquele que está na antessala do Conselho. Pedi instruções sobre qual a

melhor maneira de se colocar a moldura, para que cada um em sua Unidade possa emoldurar essa cópia fax similar do Brasão e a Secretaria Geral encaminhará em breve essas instruções." **M. Reitor**: "Trata-se do desenho original que foi feito por José Wasth Rodrigues, um artista da época de 1934, quando a Universidade foi fundada e foram feitas sete cópias, uma para cada uma das Unidades que existiam e uma para a Unidade recém fundada, que foi a Faculdade de Filosofia." A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação a inclusão da Moção encaminhada pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Ordem do Dia. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 55 (cinquenta e cinco) votos; Não = 37 (trinta e sete) votos; Abstenções = 6 (seis) votos; Total de votantes = 98 (noventa e oito). É aprovada a inclusão da Moção apresentada pela Congregação da FFLCH na Ordem do Dia. **M. Reitor**: "Como foi aprovada a inclusão, já indico o Prof. André Singer, o Prof. Floriano Peixoto e a Profa. Ana Lanna para fazerem uma versão final do texto que será encaminhado, caso a Moção seja aprovada, não havendo mais a necessidade de voltar ao Conselho Universitário. Delegamos aos três essa responsabilidade." A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação, como primeiro item da **PARTE II - ORDEM DO DIA**, a Moção encaminhada pela FFLCH. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 75 (setenta e cinco) votos; Não = 12 (doze) votos; Abstenções = 12 (doze) votos; Total de votantes = 99 (noventa e nove). É aprovada a Moção encaminhada pela FFLCH do seguinte teor: "O Conselho Universitário da Universidade de São Paulo vem a público manifestar a sua preocupação com as recentes operações policiais que culminaram na condução coercitiva de reitores, dirigentes, professores e administradores de universidade federais em diversos Estados do Brasil. Investigações de eventuais ilícitos são sempre necessárias, mas devem se dar nos limites do Estado de Direito, sem prejulgamento da culpa dos envolvidos. A universidade pública brasileira tem dado contribuições decisivas para o desenvolvimento da educação superior, da pós-graduação e da ciência e tecnologia. Este Conselho espera que a comunidade universitária brasileira seja tratada com a devida dignidade. Qualquer procedimento de apuração de fatos precisa ser feito com respeito à legalidade democrática, aos direitos individuais e ao amplo direito de defesa." Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à discussão do próximo item: **PROPOSTA DE**

DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA USP PARA 2018 - PROCESSO 2017.1.21612.1.1 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - Proposta de Distribuição Orçamentária da USP para 2018. **Parecer da COP**: aprova a Proposta de Distribuição Orçamentária da USP para 2018, a ser submetida à apreciação do Conselho Universitário (05.12.17). **Cons. Adalberto Américo Fischmann (apresentação)**: "Gostaria de trazer para o conhecimento do Conselho Universitário o que foi discutido pela COP após a reunião do dia vinte e um de novembro, quando foram discutidas as Diretrizes Orçamentárias e nesta ocasião foram apresentados destaques, que foram discutidos na reunião de vinte e oito de novembro. Em cinco de dezembro a COP se reuniu e analisou a proposta orçamentária apresentada pela Assessoria de Planejamento Orçamentário da CODAGE e é esse resultado que estou neste momento trazendo para o conhecimento de todos os conselheiros. Na primeira tela foram adotados parâmetros econômicos que nos são fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo, essas informações saem ao final do mês de setembro de cada ano e com esses parâmetros que a Universidade propôs o seu orçamento. Esses parâmetros indicam a Receita orçada e a Despesa orçada para todo o Estado e a partir disso pegamos a informação para ser aplicada, no caso, à Universidade de São Paulo. A Receita de arrecadação é considerada até Julho de 2017, porque esses foram os dados utilizados pela Secretaria de Planejamento e Gestão, e a inflação foi considerada naquela época como sendo de 4,2% para o ano de 2018 e um crescimento do PIB Paulista de 2,0%. Esses parâmetros da Lei Orçamentária são anuais como já disse, preveem ainda uma taxa de câmbio em relação ao dólar (US$) de 3,45% para cada dólar (US$), em termos de Reais (R$), o IPCA 4,20%, a taxa do Over-Selic ao final do ano de 2018 em 8,0%, e a taxa de variação real do PIB estadual em 2,0%. Na tela seguinte, como falei, essas informações nos foram divulgadas ao final do mês de setembro e aí fizemos um acompanhamento semanal praticamente a partir do início do mês de setembro até primeiro de dezembro com base no Boletim Focus do Banco Central do Brasil. Já podemos notar duas coisas: primeiro, a linha escura superior que era indicado um IPCA de 4,20% para o ano já reduziu para 4,02%, o que é algo positivo e, também, o PIB que está na linha inferior, no tracejado vermelho, sinalizava um crescimento de 2,0% e está sendo

projetada agora, já no mês de dezembro, como sendo 2,6% para o ano de 2018. Evidentemente, essas projeções do Boletim Focus são muito sujeitas a temperatura, essencialmente política, que influencia a economia e que vem dos ares de Brasília, então não sabemos exatamente o que irá ocorrer, por exemplo, na semana que vem, se a Reforma da Previdência será ou não tratada e como será tratada, são influências que certamente influenciarão quaisquer análises, previsões e projeções do Boletim Focus para o ano de 2018. A tabela seguinte mostra o orçamento de Receitas da Universidade de São Paulo para 2018, temos todos os itens que compõem a Receita Não Vinculada, totalizando R$ 5.068.765.000,00 mais as Receitas Vinculadas de R$ 109.160.000,00, que totalizam R$ 5.177.925.000,00. Olhando o orçamento das Despesas, podemos observar que, de cara, as Despesas superam as receitas para o ano de 2018; temos Despesas com Recursos do Tesouro do Estado e Recursos Próprios Não Vinculados, totalizando R$ 5.356.357.000,00 mais ainda Despesas custeadas com Receitas Vinculadas, totalizando R$ 5.465.517.000,00. Quero chamar atenção ainda que o comprometimento com gastos de Pessoal e Reflexos na consideração de todas as despesas representa quase 84,88%, todavia, o comprometimento em relação às Receitas do Tesouro do Estado que informamos anteriormente é de 92,8% ainda para esse ano de 2018, lembro que agora, em 2017, estamos com um comprometimento anual de cerca de quase 98% no ano, considerando os 12 meses, então para o ano de 2018, os dados que utilizamos iremos ter ainda uma relação de comprometimento de 92,8%. Na próxima tabela temos o detalhamento do Orçamento das Despesas para o ano de 2018. Temos na primeira coluna a proposta orçamentária inicial do ano de 2017, a segunda Revisão que foi feita do orçamento de 2017 e a proposta orçamentária inicial para o ano de 2018. Vemos que o volume de gastos para 2018 está pontuado como sendo 3,64% ainda menor do que gastamos em 2017. Na tabela seguinte fazemos uma apresentação do Demonstrativo de Receitas e de Despesas, o balanço entre as Receitas e as Despesas, como já apontamos anteriormente, temos um déficit orçamentário de R$ 287.592.000,00 orçado para este próximo ano de 2018. Esse montante deve ser coberto com Recursos da Reserva Financeira que a Universidade ainda tem e com eventuais ganhos de arrecadação do ICMS e a Receita Própria Não Vinculada, essa é a saída que

temos ainda para esse déficit orçamentário de 2018. Na tela seguinte quero relembrar as Diretrizes Gerais que nortearam a preparação deste orçamento, assim como as Diretrizes Gerais incorporadas com os destaques que foram discutidos na nossa última reunião do Conselho Universitário do dia vinte e oito de novembro. Relendo temos: 1 - Manter suspensas as reposições de servidores técnicos e administrativos; 2 - Dependendo do comportamento da arrecadação do ICMS, contratação de 150 novos docentes, considerando sempre que o regime preferencial da USP é o RDIDP; 3 - Os recursos destinados a Outros Custeios e Investimentos das Unidades, Órgãos e Institutos deverão ser no mínimo iguais aos valores da dotação orçamentária inicial de 2017; 4 - As estimativas de despesas com Serviço de Limpeza e Vigilância, Assistência Médica e Odontológica, Restaurantes Universitários e Serviços de Utilidade Pública devem estar baseadas nos gastos atuais, acrescidos do valor necessário para cobrir eventual reajuste de preços e tarifas no próximo exercício (2018); 5 - A efetiva realização de Receitas e execução das Despesas deve ser rigorosamente monitorada pela Assessoria de Planejamento Orçamentário - APO e apresentada de forma detalhada nas Revisões Orçamentárias que temos previstas, a primeira em maio, que será feita em junho e a segunda em outubro com os dados de setembro; 6 - A COP deverá apresentar, ao Conselho Universitário, a proposta de modelo provisório de planejamento plurianual, em atendimento ao Capítulo VII da Resolução nº 7344/2017; 7 - Preencher as vagas existentes na creche, em função do número de servidores disponíveis; e 8 - O Orçamento da USP deverá prever um valor destinado especificamente às políticas de inclusão social. Essas são as Diretrizes que foram consideradas pela APO e pela COP. Prosseguindo, quero chamar atenção sobre o item Pessoal e Precatórios, podemos observar que quanto ao Pessoal, despesas estimadas neste grupo somam R$ 4.639.180,00 conforme já tínhamos assinalado. Os Precatórios reúnem despesas previstas com pagamento de precatórios recebidos até o mês de junho deste ano, acrescidas de uma estimativa de correção monetária e os valores destinados aos precatórios de pequena monta, totalizando R$ 15.239.000,00, muito importante que não temos mais pagamentos de indenizações que tivemos ainda no ano de 2017, referente aos Programas incentivados de demissão voluntária. Na tela seguinte podemos observar claramente neste histograma o

percentual de comprometimento anual dos repasses financeiros com a folha de pagamento da USP, isto não é novidade, mas os senhores e as senhoras poderão observar que até o ano de 2011 estávamos em uma posição muito confortável, girando em torno de 80% de comprometimento com folha de pagamento e a partir de 2012 entramos em uma trajetória muito perigosa, acrescendo a cada ano mais e mais comprometimento e isso culminou com o ano de 2014 chegando a 106,45% de comprometimento anual, em 2015 tivemos uma pequena redução, 2016 retomamos um pequeno aumento devido ao PIDV e em 2017 estamos beirando os 98% e a previsão para 2018 é de estarmos ao redor de 92,8% de comprometimento com os nossos recursos destinados a Pessoal e Reflexos. Prosseguindo, temos Outros Custeios e Investimentos e, nesse caso, a maioria dos itens que compõem este grupo será mantida em valores nominais deste ano de 2017. As despesas previstas com Serviço de Limpeza e Vigilância, Assistência Médica e Odontológica, Restaurantes Universitários e Serviços de Utilidade Pública estão baseadas nos gastos atuais, acrescidos do valor necessário para cobrir eventual reajuste de preços e tarifas no próximo exercício de 2018. Os valores estimados neste grupo de despesas totalizam R$ 698.490.000,00 para esse próximo ano. Na tela seguinte podemos observar um histograma com os gastos com Outros Custeios e Investimentos da Universidade de São Paulo e novamente podemos ver que a partir de 2015 esses valores estão girando na casa dos R$ 700 milhões, ou seja, entramos no período de contenção; o nosso último exercício, ainda com gastos de Outros Custeios e Investimentos elevados foi no ano de 2014, onde tivemos ainda um total de R$ 1.017.600.000,00, mas a partir desse ano de 2014 começamos a apertar e nos anos subsequentes chegaram ao redor de R$ 700 milhões aplicados em Outros Custeios e Investimentos. Na tabela 'F' seguinte podemos verificar a Política de Permanência e Formação Estudantil e aí há um detalhamento que quero chamar atenção, temos um total de gastos diretos com bolsas e demais auxílios concedidos diretamente aos alunos na casa de R$ 73.380.000,00, que estão divididos em dois grandes grupos: Auxílios concedidos com base em critérios socioeconômicos e Programa de bolsas de estudo da Universidade de São Paulo. No primeiro temos uma aplicação de recursos diretamente à Permanência e Formação Estudantil, baseada em critérios estritamente socioeconômicos e, no caso de

Programa de bolsas de estudo, privilegiamos não apenas os critérios socioeconômicos, mas também o critério de mérito. Podemos ver que esses dois itens constituem o valor diretamente aplicado, que totalizam os R$ 73.380.000,00 e desse valor, R$ 36 milhões correspondem efetivamente à Política de Inclusão Social. Quero destacar que o Auxílio Alimentação que está sendo apresentado com gasto de R$ 1.930.000,00 representa apenas o que é dado em cima do valor de face, vamos chamar, do auxílio para os alunos de permanência que ganham esse bônus e o custo desse *ticket*, o valor de face é de dois reais. Estamos considerando apenas esse valor de face de dois reais. Depois, auxílio de livros, acho que não tem o que ser discutido, auxílio de moradia também não e auxílio transporte também não. Prosseguindo, temos as bolsas de estudo que são por critérios socioeconômicos e por mérito e, mais abaixo temos os auxílios indiretos, que somam R$ 152.272.000,00. O que é isso? Temos o custo adicional da gratuidade nos restaurantes para os bolsistas, ou seja, além de darmos o *ticket* cujo valor de face é de dois reais, damos para esses bolsistas a diferença entre esses dois reais e o efetivo custo da refeição. Para que todos tenham uma ideia desse custo de refeição na Universidade de São Paulo, ele está calculado como sendo de R$ 19,43 e o bolsista ganha dois reais, valor de face, e temos que complementar com mais R$ 17,43. No caso da Cidade Universitária, na SAS, o custo da refeição é mais caro - R$ 23,07, então, na verdade estamos complementando com R$ 21,07 aquele auxílio indireto para esses estudantes e todos os demais alunos ou pessoas que se beneficiam do restaurante, temos um custo do subsídio de alimentação que pagam, caso qualquer um de nós for ao restaurante, irá pagar dois reais e a Universidade arcará com mais R$ 63.608.000,00 para oferecer essa refeição a dois reais. Temos, depois, Educação física e esportes, aí se refere ao CEFER, que é o Centro de Educação Física, Esportes e Recreação que, sobretudo temos nos nossos *campi* do interior, que montam R$ 29.426.000,00. Temos os Estágios, com mais R$ 6.480.000,00 e, na Saúde, essa rubrica de R$ 9.719.000,00 diz respeito ao HU para os estudantes bolsistas através da Superintendência de Assistência Social e também o custo de atendimento dos alunos previsto anualmente para serem atendidos pelo Sistema de Assistência Social e mais ainda Vagas em moradias estudantis correspondendo a manutenção e conservação, que diz respeito,

essencialmente, a limpeza, vigilância, pagamentos de contas de água, energia elétrica e outras. Esse total de Política de Permanência e Formação Estudantil monta R$ 225.652.000,00 para o ano de 2018. Fazendo um detalhamento na planilha seguinte podemos observar o valor anual e a quantidade de benefícios concedidos. No primeiro caso, temos os auxílios concedidos com base nos critérios socioeconômicos, que totalizam R$ 35.980.000,00, como já falamos no *slide* anterior e o Programa de Bolsas da USP que cobre, essencialmente, as bolsas que são concedidas não apenas por critérios socioeconômicos, mas também por mérito, que complementam os outros R$ 37.400.000,00 totalizando os mesmos R$ 73.380.000,00 destinados diretamente aos alunos para a Permanência Estudantil. Quero, com o último *slide,* dizer que a COP se debruçou intensamente sobre a situação das contas da Universidade de São Paulo e nesse momento quero fazer um especial agradecimento a todos os membros da COP, tanto aos titulares como também aos suplentes, que por ocasião da impossibilidade do comparecimento de algum titular foram extremamente dedicados e puderam contribuir, e também aos nossos convidados que integraram a COP e foram de muita ajuda para conseguirmos cumprir com a apresentação desta proposta. Hoje, que estamos em clima de despedidas, aproveito também para dizer que vários de nós, integrantes da COP, tanto entre os titulares quanto alguns suplentes, deixaremos de estar na próxima composição da COP, uma vez que os mandatos estarão se encerrando no ano de 2018, mas, mais uma vez, quero salientar a dedicação e a intensa contribuição que todos esses conselheiros da COP deram para o efetivo funcionamento da Comissão. Muito obrigado." Palmas. **M. Reitor**: "Muito obrigado, Professor Adalberto. A Universidade agradece enormemente a contribuição permanente da COP. O Professor Fernando Menezes, Controlador da Universidade, está inscrito para se manifestar sobre a proposta Orçamentária." **Cons. Fernando Dias Menezes de Almeida**: "Queria cumprimentar o Professor Adalberto e todos os colegas envolvidos nesse trabalho que, notoriamente, exige grande dedicação e seriedade. Vou falar muito brevemente. Parece que o Orçamento aqui apresentado corresponde ao que foram as Diretrizes Orçamentárias, votadas na última reunião, portanto, não cabe fazer nenhum tipo de apreciação de mérito das políticas inerentes a essas decisões. Sendo assim, gostaria apenas de destacar dois pontos, sobre

os quais já falei na matéria de Diretrizes Orçamentarias, para que isso fique registrado para ocasiões futuras. Nem me parece que essa peça orçamentária deve ser diferente, pelo que acabei de dizer, ou seja, ela corresponde ao que foi decidido nas Diretrizes Orçamentárias, mas esses dois pontos sobre os quais eu gostaria de insistir que fosse objeto da consideração deste Conselho para eventuais mudanças são: 1) considerar separadamente investimentos e outros custeios. Isso porque me parece de boa política de planejamento saber, efetivamente, o que é custeio, que tende à permanência, e o que é investimento, que é pontual e que implica, muitas vezes, ganho de qualidade e que, por sua vez, pode gerar custeios e, normalmente, gera outros custeios, então tem que ter tratamentos diferentes. A própria norma de sustentabilidade trata diferentemente o que é custeio e o que é investimento, assim como o faz a Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma que me parece que seria de bom tom, em termos de planejamento; 2) é incluir formalmente o déficit orçamentário, se houver futuramente, no quadro das receitas. Não estou querendo fingir que não existe, mas na medida em que existe um déficit e ele está sendo calculado em relação às receitas ordinárias, mas se supõe que constava da nota de rodapé do quadro que ele será coberto com aplicação financeira e o aumento da arrecadação, essa previsão de aplicação financeira e aumento de arrecadação deve constar como receitas, senão passamos uma impressão errada para quem ler e para quem tem uma informação pontual de que nós vamos chegar ao final do ano sem pagar as contas, quando o próprio orçamento não diz que é isso. Enfim, neste aspecto não estou dizendo que tem um erro, é uma questão de forma de apresentação da informação. Tem um tópico na tabela que indica outras receitas, a conta fecha, esse não é o problema, essa é só uma forma de apresentação que pode levar as pessoas desavisadas, que não acompanharam aqui as discussões, a supor que estamos assumindo um orçamento que não fecha as contas no fim do ano, o que não é verdade." **Cons. João Cyro André**: **(apresentação)** "Quero manifestar meu apreço público pela gestão do Prof. Zago e passo à minha apresentação sobre a peça orçamentária. Se observarmos as receitas mensais de 2017, podemos observar que de julho para outubro houve uma evolução positiva do dinheiro que veio para a Universidade, que vou chamar, simplesmente, de receita do Tesouro, mas em novembro já percebemos uma

queda para R$ 406 milhões, o que provoca uma perturbação no que diz respeito ao comprometimento da receita do Tesouro do Estado com Pessoal. Ele vai de 91%, nos meses de setembro e outubro, para 95% no mês de novembro, que é um número extremamente perigoso. Se olharmos os déficits mensais, tirando o mês de março que está o PIDV incluído, percebe-se que em todos os meses tivemos déficits razoáveis. Em setembro apareceu um déficit de R$ 3 milhões apenas, mas esse déficit cresceu novamente em outubro e novembro para R$ 14 milhões e R$ 18 milhões, que são números extremamente significativos, em função da reserva financeira existente hoje na Universidade. Quero deixar claro que desde 2012 a Universidade de São Paulo vem, seguidamente, sofrendo déficits orçamentários. Quero chamar a atenção para um aspecto da reserva financeira, que é o dinheiro que é da Universidade, descontado os restos a pagar. Em janeiro de 2017 tínhamos R$ 621 milhões; em 31 de novembro de 2017 esse valor caiu para R$ 65 milhões, o que mostra uma grande vulnerabilidade financeira da Universidade de São Paulo. Olhando a tabela, que tem um pouco a ver com a manifestação do Professor Fernando, podemos observar que de 2014 a 2018 apareceram déficits significativos, com uma diminuição em 2018. Esses são todos valores nominais e esse déficit vem desde 2012, agora em 2018 há uma inflexão na situação orçamentária que é importante que esse Conselho perceba claramente. Qual a inflexão orçamentaria que houve? Em todos os anos anteriores, até 2017, a Universidade tinha déficit, mas tinha reserva financeira para cobri-lo. A partir de 2018, a reserva financeira não cobrirá esse déficit. Como será coberto esse déficit? Ele vai ser coberto com o dinheiro em caixa que tem uma parte reservada para 'contas a pagar' em 2019. Portanto, isso significa que estaremos, de modo efetivo, diminuindo o orçamento de 2019 em R$ 222 milhões, considerando que nossa reserva, ao final de 2017, será menor ainda do que R$ 65 milhões. Portanto, um déficit orçamentário de R$ 280 milhões e R$ 65 milhões de reservas, haverá R$ 222 milhões que terá que ser coberto com dinheiro de contas a pagar de 2018. É uma inflexão na situação, porque a Universidade não terá reserva financeira para fazer esse pagamento. Eu uso uma reflexão do Jared Diamond do livro dele intitulado 'Colapso - Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso', no qual ele menciona três situações em sociedades que entra em colapso: 1) não consegue identificar um

problema a tempo, que não é o caso da USP, pois aqui o problema está absolutamente identificado no relatório 4 de gestão do Prof. Zago e no livro 'Universidade em movimento', que ele citou, que foi coordenado pelo Prof. Jacques Marcovitch e pela tese de um dos seus aluno de Doutorado; 2) Não dispondo de meios para superá-lo, não é o caso da USP que tem todos os meios para superar essa questão; 3) tendo identificado o problema e tendo os meios para superá-lo e não desenvolve a ação política necessária a sua implementação, e então somos todos responsáveis por essa questão. Esse é o desafio a ser enfrentado pela Universidade de São Paulo, realmente parar para fazer essa ação política que tem que ser de toda a Universidade, para parar com essa sangria que vem de cinco anos e compromete, inclusive, o normal andamento das atividades da Universidade de São Paulo. Em função disso, quero dizer que, para mim, o colapso significa perda de autonomia administrativa financeira da Universidade e quero dizer que vou votar contrariamente à aprovação do projeto, em coerência com a maneira como eu vejo a necessidade de um orçamento em que as receitas totais não vinculadas mais as reservas financeiras devem ser, necessariamente, maiores ou igual à despesa total ou vinculada." **Consª. Lígia Toneto**: "Quero saudar o Conselho Universitário pela importante aprovação que tivemos hoje, que foi a moção pela liberdade democrática da universidade pública. Acho importante que o Conselho Universitário esteja se posicionando neste momento tão importante de defasagem das universidades públicas do Brasil. Em segundo lugar, sobre o orçamento, quero destacar uma questão que vem sendo discutida em Conselhos anteriores e até neste mesmo, que é a questão dos gastos com a permanência no próximo ano, com a importante aprovação que tivemos das cotas raciais este ano. Uma questão que queria levantar é que no debate orçamentário fazemos uma discussão de alocação de recursos, então entendo que é difícil que não falemos na questão de permanência, já que vamos precisar de mais, pois vamos ter mais alunos precisando. Temos que pensar dentro da alocação orçamentária, como, por exemplo, o Prof. Adalberto explicou, que há diferença entre os auxílios que vão por critérios socioeconômicos e auxílios que vão por mérito, que de alguma maneira consiga ter uma vinculação disso para que consigamos, com o mesmo orçamento, cobrir melhor as necessidades da Universidade. Na própria FEA,

no Conselho Técnico Administrativo que participo, inclusive junto com o Prof. Adalberto, tivemos o cuidado em pensar este ano - claro que em uma medida menor - em otimizar as cotas de impressões da pró-aluno para os estudante que havia uma demanda por redução, para que cobrisse melhor os alunos que precisavam mais. Há um debate, também, de conseguir vincular as bolsas de monitorias, que temos em nossa Unidade, para que haja uma indicação de critérios socioeconômicos na escolha dos monitores e de alunos que participam de projetos junto a professores. Queria que conseguíssemos abrir a porta para fazer esse debate no próximo ano, para que possamos ter um debate de permanência junto com outras bolsas, conseguindo otimizar melhor nosso orçamento. Para além disso, acho que não é suficiente, o desafio da permanência é maior e aí retoma um debate que a Cons.ª Paula, que também é representante discente, trouxe outro dia, que é que o Reitor atual da Unesp se mostrou disposto a fazer um debate sobre um fundo estadual de permanência estudantil e é muito importante que caminhemos juntos com as nossas Universidades irmãs, para que consigamos um desafio que se impõe para todos nós. E, por fim, quero apenas ressaltar que o déficit que vamos ter no orçamento continua sendo preocupante, que consigamos, em alguns componentes do orçamento que são menos essenciais à atividade fim da Universidade, como por exemplo, obras que se limitem ao que é essencial, para que consigamos cumprir as atividades de ensino e de permanência estudantil neste momento tão importante." **Vice-Reitor**: "Só um informe: quem propôs isso foi o Reitor Zago, que há quatro anos conversou com o Governador e com o Vice-Governador, que é o Secretario de Desenvolvimento e fez as propostas, levou para o CRUESP, de forma que foi uma iniciativa do Professor Zago." **M. Reitor**: "De fato, acho importante, Conselheira, que isto não seja resolvido apenas com discurso, temos que realmente fazer uma ação integrada e permanente. Tenho expectativa que isso será parcialmente resolvido pelo Estado, porque não há recurso no nosso orçamento que permita aumentar significativamente, pelo menos no grau que vai ser necessário, então esses recursos terão quer vir de fora e temos que fazer uma união de todos para que consigamos isso." **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "Concordo com uma coisa que foi dita: essa proposta de orçamento é realmente a expressão das Diretrizes Orçamentarias aprovadas nas duas últimas reuniões pelo Conselho

Universitário. Por isso mesmo essa proposta de orçamento é também a continuidade de uma política desastrosa de destruição da Universidade, que está tendo consequências terríveis e insuportáveis do ponto de vista das condições de trabalho, das condições de ensino, das condições de pesquisa e da pouquíssima extensão e pouquíssimos serviços que a Universidade presta à esmagadora maioria da população que a sustenta e que fica totalmente excluída dela. Em relação, em particular, à permanência estudantil, queria apontar que agora está se considerando como parte dos gastos de permanência estudantil alguns milhares de bolsas que já são oferecidas há anos e são, na verdade, bolsas de pesquisas que não são distribuídas prioritariamente em função de critérios socioeconômicos. Não tem fundamentalmente esse papel e sim são parte do investimento da Universidade em pesquisa e que agora estão aí confundidas com os auxílios de permanência estudantil, para fazer parecer que a Universidade não está fazendo realmente o que ela está fazendo, que é, em termos reais, considerada a inflação, já há três anos reduzindo o investimento em permanência estudantil. Aqui tudo parte de uma premissa que precisamos alocar, entre várias necessidades fundamentais, uma quantidade de recursos que já está dada, a priori, e que é preciso fazer escolha a partir de uma distinção entre as atividades fim e as atividades menos essenciais. Assim, quero mais uma vez, categoricamente, enfatizar duas coisas: a primeira, que nós, a categoria de trabalhadores, recusamos essa divisão entre atividades fim e atividades meio e reforçamos que todas as atividades desenvolvidas na Universidade são essenciais, fundamentais e indispensáveis para o funcionamento da Universidade, para o ensino de todos os Estudantes que estão dentro da Universidade, para o desenvolvimento da pesquisa e para os pouquíssimos serviços de extensão que a Universidade presta à população; e a segunda é que, partir desta premissa é ser cúmplice e seguir sendo cúmplice auxiliar do Governo do Estado na sua política, ano após ano, de estrangulamento da Universidade e do ensino público, porque ano após ano o Governo não repassa o que deve à Universidade, não cumpre a Lei e não destina 5,02% do ICMS à USP; não destina 9,57% do ICMS às Universidades e menos ainda cumpre uma série de compromissos que assumiu com a USP e com as outras duas Universidades Estaduais Paulistas pela expansão, pela criação de novos *campi*, pela incorporação de novos

campi e, silenciando sobre tudo isso, essa Reitoria e este Conselho Universitário segue reproduzindo esse discurso de que infelizmente o dinheiro é pouco e que temos que cortar em algum lugar. E para cortar em algum lugar vamos ver o que é mais fundamental e o que é menos fundamental, como creche e hospital, escola de aplicação, condições de trabalho cada vez mais bárbaras e medievais nos restaurantes universitários, nos serviços de manutenção, nas prefeituras dos *campi*, que estão sendo desmontadas e estão com índice de adoecimento e acidente de trabalho totalmente absurdos, totalmente inaceitáveis, mas que não incomodam nem um pouquinho este Conselho Universitário. Políticas de permanência estudantil que na verdade e na prática, em termos nominais, desconsiderando a inflação e muito menos maquiando, misturando no meio milhares de bolsas que, na verdade, não são bolsas de permanência estudantil, mas bolsas de pesquisa sendo cortadas. E inúmeros problemas de disciplinas obrigatórias que não são oferecidas nas unidades de ensino, de laboratórios que estão deixando de funcionar e uma coleção de problemas espalhados pela Universidade. Essa proposta orçamentária é a representação e o aprofundamento de tudo isto e, por isso, mais uma vez, vamos encaminhar contra essa proposta de orçamento." **Cons. Fábio Frezatti**: "Nesta época do ano milhões de pessoas, em todos os continentes, estão preocupadas com um assunto, que não é o Natal e nem Papai Noel, mas o orçamento, seja em uma Santa Casa, seja em uma empresa nacional, todas. Alguns desses ambientes têm possibilidade democrática de debate, tensões, oportunidade, e em alguns, a visão é mais *top-down*. Em nosso ambiente, pela perspectiva democrática de debates, discussões e aberturas, temos algumas questões a ser consideradas, assim, gostaria que pensássemos o seguinte: precisamos responder a três questões para aprovarmos nosso orçamento, não precisamos de dez, mas apenas três. A primeira é que vamos começar um período reitoral e, para isso, tivemos eleição e indicação do Governador - preciso cumprimentar as quatro chapas, tivemos quatro alternativas extremamente interessantes do ponto de vista da Universidade - da chapa vencedora que vai assumir em janeiro e ela não pode ficar refém de um instrumento orçamentário não adequado. Isso não é só porque quero que as duas pessoas físicas que vão assumir sejam protegidas, não é porque quero que o Conselho seja protegido, quero que a Universidade

também seja protegida. As três perguntas são: essa peça orçamentaria é uma ficção, ou seja, ela é uma coisa que tem dificuldade de acontecer? Existem mecanismos para aperfeiçoar, ou seja, essa peça pode ser aperfeiçoada durante um intervalo de tempo? E a terceira é, na verdade, uma conversa política, ela considera que as prioridades que foram, de alguma maneira, aceitas e discutidas dentro desse ambiente e que pode ser suportada ao longo do tempo? Rapidamente vou pensar nessas três perguntas. Na primeira tenho que perceber que qualquer plano tem riscos, a conversa binária 'tem ou não tem' não existe, portanto a conversa é sobre o quanto de risco esse ambiente aceita. Neste caso, temos as entradas, que são as receitas e temos as saídas, que são as despesas. Vejam que o que foi mostrado aqui não foi caixa, foi resultado, neste caso, superávit ou déficit é o resultado. Isso é técnico, então significa que nas receitas podemos ter 2% de crescimento e podemos ter 0%, isso é mais ou menos comum na maior parte das organizações. O risco é maior na entrada do que na saída, no nosso caso, saída depende, predominantemente, de uma conta ligada às pessoas, então, o nível de pessoas é muito maior, existe uma decisão em relação a isso. A segunda questão, também técnica, é que temos um déficit – pessoal, não se engane, déficit é uma palavra ruim. É a mesma coisa de ir ao médico e ele dizer 'você tem uma doença e se não fizer isso vai morrer com dor'; se não fizermos algo - e o Conselheiro João Cyro tem se preocupado com o equilíbrio - ou seja, sumir com o déficit, coisa que não vejo como possível neste ambiente, então não defendo isso neste momento, mas ponho na pauta para discussões futuras, porque qualquer organização como a nossa precisa dessa conversa. Deve ser lembrado que o déficit diminuiu, mas diminuiu porque ações foram tomadas, e aí aparece o caixa, mas são duas coisas diferentes. O caixa proporcionou a situação interessante de não vivenciarmos uma situação de deixar de ter o décimo terceiro e ter o salário não creditado no dia. É a isso que o déficit leva ao longo do tempo, quando não temos um centavo de caixa e parece que em algum momento teremos isso. Assim, do ponto de vista técnico, temos isso, mas é o melhor que dá para fazer. A segunda pergunta seria: temos mecanismo para aperfeiçoar? Temos. Temos um Conselho Universitário maduro, posso não gostar da forma como alguns debates ocorrem, um pouco de agressividade, mas é do jogo; é o nosso estilo. Esse é o início, é o primeiro

passo que temos para o aperfeiçoamento. Segundo, temos mecanismos e temos estruturas, temos a COP com pessoas que, de alguma forma, conduzem esse processo, uma área de apoio, informações que são, de certa forma, proporcionada; então isso é algo que me dá otimismo. Terceiro é o elemento político, vocês vão dizer o que vai acontecer em relação a isso. Eu vim aqui para defender a aprovação e cumprimentar a COP pelo trabalho, sei como é difícil, em um ambiente de crise, discutir aspectos que são importantes. Ninguém está dizendo que não são importantes, mas vivemos de prioridades." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: "A mesma crítica que tinha feito às diretrizes orçamentárias, retomo aqui. Acho que a equipe técnica da CODAGE coloca os números como contador e faz a conta, mas penso que cabe à COP, como um organismo político, fazer a reflexão mais ampla e mais geral e não ficar no que eu não acho que é correto, que é uma dimensão um pouco de gerenciamento de receitas e despesas. Sob esse ponto de vista, existe uma discussão entre comissões que foram feitas de USP, UNESP e UNICAMP, referente a como gerir as questões das aposentadorias e que parcela de contribuição deve ser de responsabilidade do Estado e que parcela deve ser de responsabilidade das Universidades, que não me parece que tenha sido incorporado pela COP nas suas discussões. Então, volto a dizer que acho que há certa omissão por parte da COP, que tem a possibilidade de fazer essa discussão política e, como já foi dito aqui, eventualmente, abrir eventuais receitas sob risco, não há problemas em ter riscos, também não acho que tenhamos que viver imaginando que sempre vamos ter reservas, se criássemos uma universidade hoje íamos fazer o quê? É razoável criarmos uma Universidade hoje ou não é? Criamos cursos. Então, o que estou querendo dizer como uma posição de caráter geral e filosófico é que eu esperava mais da COP do ponto de vista de discussão geral, porque o orçamento tem que ser contábil, tem que ser uma peça de receitas e despesas, mas do ponto de vista da filosofia, estou apenas retomando uma crítica que fiz antes, e como vamos entrar na conta, pediria que o Prof. Adalberto recuperasse a tal da tabela B, que é o detalhamento das bolsas e demais auxílios concedidos aos alunos. No papel que foi distribuído para nós no Conselho Universitário, estou na página 20, o senhor poderia colocar a tabela de volta, pois tem um problema de matemática, não sei se tem algo mais.

Olhando, vemos 6250 (primeira linha) x 400 não dá 30 mil, talvez seja 7500 bolsas e não 6250. A segunda questão está na parte de baixo, onde vemos bolsas de estudos Pró-Reitorias 4500x400 também não dá 21600, talvez seja, 5400. Então, estou me perguntado se o número certo é o total, se tem uma posposta de aumentar as bolsas ou já 5400 bolsas ou já é 7500 bolsas, porque está errado." **Cons. Paulo Inácio de Knegt López de Prado**: "Gostaria de começar dizendo algo parecido com o que falei na última discussão das Diretrizes Orçamentárias, que foi o pedido para que seja fornecido aos Conselheiros mais elementos para analisar as propostas que passam pelo Conselho. Neste caso, solicitei à Secretária Geral e à secretaria da COP as planilhas, em formato eletrônico, que estão impressas nos documentos que recebemos, porque com as planilhas é, evidentemente, muito mais fácil avaliar os números e as contas que estão lá, mas não fui atendido neste pedido bastante simples. Por causa disso e pelo pouco tempo que tivemos, ative-me a examinar as despesas de custeios e tenho quatro slides com dúvidas que me surgiram, todas elas dizem respeito à diretriz 4 das nossas Diretrizes Orçamentárias, que afirma que os gastos de custeios vão se basear nos gastos de custeios do corrente ano, mas eventuais correções, devido a reajustes que imagino que girem em torno de 4,2% de inflação, projetada pelas próprias Diretrizes do Orçamento em análise. Dito isto, há alguns números que estão muito diferentes do que essa diretriz me parece indicar e a minha questão é que solicito esclarecimentos para entender melhor como é que se chegou a estes números. No primeiro caso, estou analisando os itens agregados de custeios e há dois itens que estão com gastos previstos para 2018 acima do previsto para a inflação de 4,2%, que é serviço de limpeza e Vigilância. Voltarei a analisar o serviço de limpeza e vigilância com um pouco mais de detalhes, pois eles estão ligeiramente acima do previsto na inflação. É de se perguntar - já que esse é um gasto que corresponde, aproximadamente, a 30% das nossas despesas de custeio - se não seria possível negociar contratos um pouquinho abaixo da inflação. Isso já seria de grande impacto em nosso orçamento, já que estamos fazendo aperto e não estamos corrigindo e mantendo valores nominais para 2018 de 2017; o que implica não corrigir sequer as perdas inflacionárias e vários outros itens de nosso orçamento. Por que não considerar fazer isso também para um de nossos principais gastos de custeios? Mas

voltarei com mais detalhes à questão dos serviços de limpeza e vigilância. Os restaurantes Universitários ganharam um acréscimo de 28,27% e temos outros quatro itens que destaco e outros itens com pequenas variações - essas são as maiores variações que pude perceber. Os outros quatro itens são: projetos especiais, programas integrados de segurança, material bibliográfico e serviço de utilidade pública, que tiveram reduções, ou seja, que não tiveram o seu valor nominal mantido. Não sei exatamente o que significa isso, gostaria também de esclarecimentos sobre quais são as consequências de reduzirmos em 40%, por exemplo, o nosso programa integrado de segurança, com redução de R$ 4 milhões ou, também, 40% em relação a 2017, do nosso custeio de material bibliográfico, que corresponde a R$ 8 milhões. Então, com relação ao meu slide, meu pedido de esclarecimento fica em relação a essas variações, tanto acima da inflação quanto abaixo do valor nominal substancialmente nos 4 últimos casos. Quanto aos serviços de limpeza e vigilância, também pude observar que ele compõe boa parte da verba de custeio das unidades, mas que algumas unidades da USP tiveram um aumento substancial, acima do previsto, para a inflação quanto à alínea de custeio. Então, destaco aqui as cinco unidades que tiveram maiores incrementos. Dentro das unidades de ensino, 25 tiveram incrementos - falo aqui sem nenhum conflito de interesse, porque minha Unidade é uma das que se incluem neste grupo -, portanto, estou querendo saber a razão por que isso está acontecendo; e outras 12 unidades tiveram um decréscimo que não consegui entender o porquê também. Aqui destaco as cinco unidades que tiveram maiores acréscimos, as duas maiores prefeituras da Universidade de São Paulo tiveram acréscimo de R$ 1 milhão, que é bem acima da inflação prevista por ano, o MAC, a Faculdade de Saúde Pública, da ordem de R$ 500 mil, 20% de acréscimo em relação ao custeio de 2017; e o Instituto de Física de São Carlos com incremento da ordem de R$ 1 milhão e de 30%. O meu pedido de esclarecimento, neste caso, é o que explica essas variações que estão muito discrepantes com relação às nossas diretrizes, no nível de cada Unidade. Há unidades, também, que têm uma discrepância para menos, com uma redução bastante acentuada nas verbas de custeios, da ordem de centenas de milhares de reais. E, por fim, uma coisa pontual, mas que também me chamou a atenção: o orçamento de custeio para o HRAC, em 2018, é praticamente o mesmo da proposta de orçamento de

2017, no entanto, a proposta de criação do novo curso de Medicina destacava que esse custeio passaria a 9 milhões, no primeiro ano de funcionamento do novo curso, que será 2018. Então há aí uma discrepância da ordem de 2 milhões, de forma que solicito esclarecimento a respeito desses pontos." **Cons. Adalberto Américo Fischmann**: "Gostaria de salientar a observação que o Cons. Marcos Magalhães fez, comentando que as contas estão erradas. A conta está errada por parte do Conselheiro Marcos, quero explicar para que o senhor fique tranquilo quanto às contas. Se o senhor multiplicar o valor mensal por 12, o senhor vai chegar aos números que estão lá apresentados. Isso explica e espero que esclareça. No caso do Professor Paulo, as variações, tanto positivas quanto negativas, no caso dessas diversas unidades e órgãos centrais da Universidade, a explicação é a seguinte: em primeiro lugar, fizermos uma revisão bastante apurada, o que não impede que possa ter havido algum equívoco, mas quero dizer que houve uma revisão em todos os itens das várias unidades, no que diz respeito, essencialmente, aos gastos com limpeza e vigilância. O que é possível perceber nessas variações são dois importantes efeitos: o primeiro efeito diz respeito a dados que foram atualizados agora, porque alguns contratos com limpeza e vigilância estavam com vencimento no ano de 2017 e foram reajustados no ano de 2017 e, consequentemente, isso pode implicar em gastos superiores, além daqueles já estabelecidos para 2018, dado que em 2017 eles já foram reajustados; de outro lado, já tivemos várias unidades, que tiveram os seus gastos com limpeza e vigilância, essencialmente, absolvidos em alguma unidade. As prefeituras que foram apontadas corretamente com valores maiores é que elas acabaram incorporando áreas de outras unidades e vice-versa. Então, algumas unidades tiveram diminuição porque teve aumento de outro lado. O que estamos colocando é que foi feito o melhor possível nessa revisão dos gastos de limpeza e vigilância, o que não impede de, se tiver alguma alocação orçamentária que não foi correta, certamente a CODAGE e a COP irão fazer essa revisão já na primeira revisão do orçamento, prevista com dados de maio do ano que vem, que será feita em junho do ano que vem. Assim, quero deixar todos muito tranquilos de que se houve qualquer erro, qualquer equívoco, vamos corrigir isso ao longo dessa primeira revisão. Agora, asseguro que foi feito o melhor dos esforços para trazer a maior transparência e a maior justiça

na dotação básica de cada uma das Unidades e Órgãos Centrais." Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à votação, informando que os que estiverem favoráveis à proposta como está votam 'sim'. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 71 (setenta e um) votos; Não = 12 (doze) votos; Abstenções = 9 (nove); Total de votantes = 92 (noventa e dois). É aprovada a Proposta de Distribuição Orçamentária da USP para 2018. **M. Reitor**: "Minhas amigas e meus amigos, encerro aqui minha participação no Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. Tive a elevada honra de presidir este Conselho por quatro anos, como parte de meus encargos como Reitor. Foram 36 reuniões, número que supera o de todos os outros mandatos que me antecederam. Neste período, o Conselho Universitário e os demais órgãos colegiados reassumiram seu papel central no processo decisório da Universidade. Todas as decisões foram aprovadas com maioria expressiva de votos. A USP mudou radicalmente com o apoio amplo dos seus Conselheiros. Recordo que abolimos a lista tríplice para escolha de Diretores e Vice-diretores das Faculdades, dos Institutos Especializados e Museus, que são agora eleitos diretamente pela comunidade, fortalecendo a legitimidade do processo e mudando sensivelmente o perfil deste Conselho. Ao mesmo tempo, as eleições para presidências de comissões das unidades ficaram mais racionais, permitindo a formação de equipes de gestão, pleito muito antigo de todos que dirigiram alguma unidade. Da mesma forma, todos os servidores docentes e não docentes e os discentes passaram a escolher os seus representantes pelo voto direto e eletrônico, acabaram-se as eleições por delegados, controladas por pequenos grupos ou sem a necessária transparência. A Universidade defendeu sua autonomia ao superar a mais profunda crise financeira de sua história, protegendo-se, assim, da insolvência financeira que ocorreria se não conseguíssemos mais honrar os salários de ativos e aposentados, com consequente perda de autonomia conquistada há quase trinta anos. Nós garantimos ainda o futuro de nossa autonomia, criando uma controladoria inédita entre as universidades brasileiras e uma lei de responsabilidade fiscal, os Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira, que impedem que no futuro se repita o desastre de gastarmos mais do que arrecadamos. Reforçamos, ainda, a autonomia universitária ao rejeitar todas as tentativas de intervenção externa na vida e na supremacia do Conselho Universitário, como

ocorriam em anos precedentes, quando o Conselho foi submetido a constrangimentos, invasões e obstrução de seu funcionamento, que restringiram a sua liberdade. Mudamos fundamentalmente o processo de acesso aos nossos cursos de graduação com a abertura para o Enem. Nestes quatro anos, a USP fez o maior progresso de sua história, no sentido da inclusão social e étnica. O perfil dos nossos estudantes mudará sensivelmente nos próximos anos, para benefício da sociedade paulista e vantagem dos nossos próprios estudantes, que serão formados em um ambiente mais diversificado. Mais de 20 cursos realizaram reformulações expressivas em seus projetos pedagógicos, que foram implantados rapidamente em virtude da simplificação das modificações curriculares. Em 2017, criamos dois novos cursos de sucesso, um de Biotecnologia, na USP Leste, e um novo curso de Medicina, em Bauru, que teve 105 candidatos por vaga no primeiro vestibular. Criamos o Escritório de Desenvolvimento de Carreiras e os Centros de Aperfeiçoamento Didático. Promovemos os congressos de graduação pela primeira vez na USP e as atividades esportivas e culturais como parte da educação, integração e socialização. Aumentamos os gastos, contrariamente ao que se diz, com permanência e formação estudantil, apesar das dificuldades financeiras pelas quais passamos. Reformulamos e expandimos as responsabilidades da Comissão de Direitos Humanos; criamos o escritório USP Mulheres; fomos escolhidos pela ONU para participar da iniciativa *He for She*, pela igualdade de gênero. Acabamos com os trotes violentos, adotamos tolerância zero com a discriminação de gênero e as agressões covardes contra as mulheres. Aumentamos a proteção de nossos estudantes, professores e funcionários técnicos e administrativos e de todos os que nos visitam, implantando o Programa USP Segura, sob supervisão da Comissão de Direitos Humanos, que reduziu sensivelmente a criminalidade na Cidade Universitária da Capital e em seus arredores. Fizemos a mais abrangente e inovadora reforma do sistema de avaliação institucional e individual. Aprovamos um sistema flexível, que se implantará gradativamente, com a participação da própria comunidade e que leva em conta a diversidade das nossas unidades acadêmicas e a vocação de cada membro do corpo docente. Finalmente, promovemos uma eleição para a escolha dos novos Reitor e Vice-Reitor, que transcorreu na mais absoluta tranquilidade e com plena liberdade, distinguindo-

se das eleições anteriores, caracterizadas por tensões, agitações e invasões. Pela primeira vez, empregamos uma votação eletrônica moderna, simples, confiável e passível de ser aditável. E o resultado foi uma participação ampla de votantes, com abstenção de 5%, em um processo caracterizado pela privacidade do eleitor. Temos, em consequência disso, dois novos dirigentes escolhidos, segundo nosso Estatuto, nomeados pelo Governador, que cumpriu a sua responsabilidade legal, que assumirão seus mandatos em 25 de janeiro de 2018, quando a USP completará 84 anos. Quero, pois, agradecer a todos que apoiaram e viabilizaram essa gestão e todas essas modificações que falamos. Primeiramente, ao Vice-Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan, que dividiu comigo as responsabilidades maiores, sempre se comportando com lealdade, ética e dedicação. Quero, também, agradecer ao Prof. Ignacio Maria Poveda Velasco e aos servidores da Secretaria Geral, que viabilizaram as reuniões e os fluxos de documentos dos altos colegiados com reconhecida eficiência. Sou imensamente grato aos seis professores e professoras, que durante os 4 anos ocuparam as posições de Pró-reitores: Professores Antonio Carlos Hernandes, Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Jose Eduardo Krieger, Maria Arminda do Nascimento Arruda e Marcelo de Andrade Roméro. Da mesma forma, prestaram relevantes serviços à USP os Pró-reitores Adjuntos, os Superintendentes, os Procuradores Gerais, Chefes de Gabinetes, Coordenadores da CODAGE, os Prefeitos dos *Campi*. A USP depende da dedicação, boa vontade e compromisso ético dos seus docentes e dos convidados externos que nos auxiliam na gestão, assim como no Conselho Universitário, como os membros da Comissão de Ética, presidida pelo Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro, a Prof.ª Dr.ª Maria Hermínia Tavares, Ouvidora da USP, e o Ministro José Gregório, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Nenhuma ação eficiente teria sido possível sem a parceria dos Diretores de Faculdades, Institutos Especializados e Museus. Sou imensamente grato à atenção de que sempre fui alvo e da amizade que muitos me dedicaram. Durante quatro anos, numerosos professores, estudantes e funcionários técnicos e administrativos colaboraram e trabalharam diretamente comigo em discussões e comissões, dando sugestões, promovendo iniciativas e executando as atividades mais diversas. Minhas amigas e meus amigos, eu deixo esse Conselho confiante de que continuará a sua missão de mais de 80

anos vigilantes ao futuro e à autônima da USP. Juntos, nós que estamos aqui, controlamos o grande risco da insolvência financeira. Devemos, de agora em diante, estar alertas para duas ameaças que se delineiam, pois podem colocar novamente em perigo a autonomia da Instituição. Em primeiro lugar, a intolerância; em segundo lugar, a instalação de grupos de oposição, que atuam sistematicamente contra a orientação do Reitor legitimamente eleito. O perigo é particularmente proeminente no próximo ano, em virtude das eleições no país, em uma situação de tensões políticas e de intolerância, que se alastra por todos os seguimentos da sociedade. Não me recordo de coisa semelhante no passado, nos meus 71 anos de idade. Não podemos permitir que a Universidade seja invadida pelas divergências daqueles que vão procurar usar o território da USP para promover suas convicções políticas, partidárias e ideológicas. A USP não é um território de lutas partidárias a ser conquistado, mas sim um local de cogitação acadêmica para gerar ideias, propostas e projetos para a sociedade, inclusive aqueles que assumirem as responsabilidades do Governo. Por outro lado, nomeados os novos Reitor e Vice-Reitor, cabe-me o dever de lembrar a toda a comunidade acadêmica que a tradição da USP jamais admitiu examinar o processo eleitoral em termos de situação e oposição, aqueles que usam essa abordagem esquecem ou desconhecem os princípios de governança da nossa Universidade. Na USP não existem partidos, nem partido do Reitor nem contra o Reitor, se alguém agride essa tradição octogenária, desrespeita os pressupostos básicos da mais antiga tradição universitária brasileira, da Universidade de São Paulo, que desde 1934 vem elegendo reitores segundo a prescrição de seu Estatuto e fortalecendo e aperfeiçoando sua própria governança. Visões maniqueístas nos querem dividir entre situação e oposição, não fazem qualquer sentido na vida da Universidade, nossa governança baseia-se na tradição consolidada no Estatuto, de que a liderança política e administrativa da Universidade é exercida pelo Reitor, que preside o Colegiado Maior, este onde estamos. Assim foi por 84 anos, garantindo a nossa unidade, e assim continuará sendo. Ameaças à autonomia e à liberdade sempre existiram, mas eu sou otimista; e sou otimista não porque sou ingênuo, mas porque nos confiou homens e mulheres dessa Universidade. Por isso, encerro com os versos do poeta mineiro Emílio Moura, que citei recentemente em minha homenagem a Marco

Hélio Lourenço de Oliveira. É um poema de esperança, esperança tão necessária no passado como é hoje: 'Quando a luz desaparecer de todo, mergulharei em mim mesmo e te procurarei lá dentro. A beleza é eterna. A poesia é eterna. A liberdade é eterna. Elas subsistem, apesar de tudo.' Viva a USP!" Aplausos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às 18h30. Do que, para constar, eu, Ignacio Poveda, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 12 de dezembro de 2017.